



Anais da Assembléia

D.A. 145

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rany Boratto; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Saleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1997**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Geraldo Cartário e Toti Colaço.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 045/97

Curitiba, em 22.08.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o CÓDIGO DE SAÚDE DO Paraná, estabelecendo normas, em todo o território do Estado, para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como versando sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações e dos serviços de saúde nas esferas estadual e municipal.

O plano de lei ora proposto, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e é necessário e oportuno eis que virá ensejar condições no sentido de que o Estado do Paraná venha contar com diplomas legais aptos e eficientes, indispensáveis ao disciplinamento de tão importante matéria.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos no que pertine à adoção da medida em referência, segue, adiante transcrita, justificativa que me foi apresentada pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde:

"A Constituição de 1988 trouxe nova ordem jurídica à Nação. A par de mudanças dos mais variados matizes, chamam a atenção as modificações estruturais no âmbito da saúde. Os artigos 196 a 200 da nova Carta Constitucional, além de declarar o direito de todos à saúde, trouxe uma nova estrutura para a implementação da Política Nacional de Saúde, que tem por norma o acesso universal, a regionalização e descentralização das ações e serviços de saúde. Por evidente, a nova Constituição Estadual (1989) seguiu o ditame da Constituição Federal. É compreensível que quaisquer alterações constitucionais (e as houve, tanto no plano federal como no estadual) exigem a simetria das leis que lhes são inferiores, seja quando contrárias à nova ordem, seja porque se tornam inoperantes.

A legislação ordinária do Estado acerca de saúde data de 1975 (Código Sanitário do Estado - Lei Complementar nº 4/75) e não teve por base o Sistema Único de Saúde. Ainda que se estejam aplicando as normas federais acerca

do SUS, mostra-se pertinente, necessária e premente a edição de um novo corpo de leis estaduais adaptadas à nova estrutura do sistema de saúde. Assim, estar-se-á facilitando a implementação de políticas de saúde e possibilitando a efetiva realização do direito de todos à saúde. Em outras palavras: o objetivo do presente anteprojeto é: a) adequar a legislação estadual ordinária de saúde às Constituições Federal e Estadual, e à Lei Orgânica da Saúde; e, b) instrumentalizar legalmente a direção estadual do Sistema Único de Saúde para melhorar a qualidade da organização e do funcionamento do sistema.

Neste sentido, é que a Secretaria Estadual de Saúde elaborou o presente anteprojeto de um Código de Saúde do Estado para substituir a legislação ordinária que não mais é acolhida pela ordem constitucional. O projeto é fruto de intensos debates com a classe dos profissionais de saúde, bem como com os usuários do sistema. Pelo caráter de abrangência do mesmo, optou-se por desconsiderar a nomenclatura Código Sanitário (com evidente ligação à defesa sanitária), utilizando-se Código de Saúde do Estado.

O anteprojeto é dividido em quatro capítulos, a saber: I - Das disposições gerais; II - da promoção, proteção e recuperação da saúde; III - das infrações sanitárias e do processo administrativo e; IV - Das disposições gerais.

No primeiro capítulo encontram-se disposições gerais, onde são tratadas as diretrizes e bases sobre onde se fundamenta a organização, o funcionamento e o desenvolvimento do SUS nas esferas estadual e municipal. Aqui se destacam a gratuidade do sistema, a descentralização e regionalização das ações e serviços de saúde. Inovação trazida pelo Código é a previsão legal da obrigatoriedade de reembolso ao SUS pelas empresas de seguro-saúde e congêneres quando o paciente for assegurado ou beneficiário destas.

Este capítulo determina ainda a formulação da Política Estadual da Saúde, expressada através de Planos de Saúde do Estado e dos Municípios, com base na orientação da nova lei. Estes (Políticas e Planos de Saúde) são a base das atividades do SUS nos níveis estadual e municipal.

Prossegue a lei traçando as competências do Estado e dos municípios dentro do SUS, bem como a participação complementar dos serviços privados e a participação da comunidade na gestão do Sistema. O capítulo dispõe sobre o financiamento das ações e serviços de saúde e os métodos de transferência aos municípios, de recursos estaduais ou provenientes da esfera federal. Também regula a política de recursos humanos na área da saúde.

O Capítulo II trata da promoção, proteção e recuperação da Saúde e inicia-se por normais que tratam da informação em saúde destacando-se o sistema estadual de informações em saúde, sendo importante para isso a normatização sobre a obrigatoriedade do preenchimento das declarações de nascido vivo, de óbito e da notificação de doenças. Há disposições acerca da saúde ambiental e da conjugação saúde-trabalho. Encontra-se neste capítulo, norma determinando ao Estado a regulamentação de processos de coleta, processamento, percurso e transfusão de sangue e derivados. Por fim, trata o capítulo da vigilância sanitária e epidemiológica, definindo sua integração e abrangências.

O capítulo III trata das infrações e do procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e respectiva punição. Quanto ao procedimento administrativo merecem destaque duas vertentes do projeto. A primeira no sentido de uma disciplina pormenorizada no procedimento administrativo, de forma a esvair dúvidas que dificultam a perfeita aplicação da lei, inclusive quanto a prazos e recursos cabíveis para o caso de infração ao Código. O anteprojeto prevê penas de

advertência, educativa, rescisão de contrato, apreensão de produto e/ou equipamento, inutilização de produto e/ou equipamento, suspensão de venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição do estabelecimento, cassação da licença sanitária, imposição de contrapropaganda, cancelamento de atividade e multa. O anteprojeto regula, especificamente, cada uma destas penas. As infrações sanitárias, num total de quarenta e seis tipificações, prevêem, cada qual, as penas cabíveis, a serem aplicadas de acordo com as normas existentes no anteprojeto.

As disposições finais (capítulo IV) complementam o anteprojeto, com normas de diversos teores, com relevância para a obrigatoriedade de ser criado o Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação, para fiscalizar os recursos e serviços de saúde. O anteprojeto optou por determinar que a regulamentação do Código, enquanto não editado o regulamento cabível, se dê através de atos do Secretário Estadual de Saúde ou pela aplicação de normas da lei antiga que sejam compatíveis com a lei nova.

Este um breve panorama do anteprojeto ora proposto.

Volta-se a reafirmar a proposta do presente trabalho: superar a defasagem existente entre a nova ordem constitucional e a legislação ordinária, que precisa ser superada urgentemente, de modo a operacionalizar, da melhor maneira possível, as ações e serviços do SUS, tornando efetivo o direito à saúde inerente a cada cidadão. Por isso a presente sugestão legislativa que ora encaminho a Vossa Excelência."

Como consequência do advento da lei proposta, há que ser revogada, por incompatibilidade com as novas disposições, a Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 1975, que, em razão do princípio da "hierarquia das leis", é objeto do também anexo anteprojeto de lei complementar.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Cada o necessário apoio e conseqüente aprovação,

reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

PROJETO DE LEI

CÓDIGO DE SAÚDE DO PARANÁ

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SEÇÃO I

Da Organização e do Funcionamento do Sistema Único de Saúde

Art. 1º - Esta lei estabelece normas, em todo o território do Estado, para promoção, proteção e recuperação da saúde, e dispõe sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde nas esferas estadual e municipal.

Art. 2º - É dever do Estado, através da Política Estadual de Saúde, e dentro de sua competência, prover as condições indispensáveis ao exercício do direito de saúde, garantido a todo cidadão.

Parágrafo Único - O dever do Estado de prover as condições e as garantias para o exercício do direito à saúde não exclui o dos municípios, das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, observadas as normas de regulamentação, fiscalização e controle estabelecidas na Constituição Federal, na Legislação Federal, neste Código, na legislação suplementar estadual e municipal.

Art. 4º - As ações e os serviços públicos de saúde, executados e desenvolvidos pela administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos municípios e os serviços contratados ou conveniados com o setor privado, integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Único de Saúde - SUS - com direção única na esfera do governo estadual e na dos municípios, competindo-lhes além de

outras que vierem a ser estabelecidas, as atribuições fixadas neste Código, na Constituição da República, na Constituição do Estado e na Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal nº 8.080, de 19.09.1990).

Art. 5º - A organização, o funcionamento e o desenvolvimento do SUS nas esferas estadual e municipal obedecerão as seguintes diretrizes e bases:

I - Diretrizes:

- a) universalidade de acesso do indivíduo aos serviços do SUS em todos os níveis de atenção;
- b) igualdade de atendimento;
- c) equidade, como forma de suprir as deficiências do tratamento igualitário de casos e situações;
- d) integralidade da assistência à saúde;
- e) resolubilidade das ações e serviços de saúde em todos os níveis;
- f) organização racional dos serviços;
- g) utilização de dados epidemiológicos como critérios para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática;
- h) participação da comunidade na formulação, fiscalização e acompanhamento das ações e dos serviços executados pelo SUS.

II - Bases:

- a) gratuidade das ações e dos serviços assistenciais prestados;
- b) descentralização da execução das ações e dos serviços;
- c) regionalização e hierarquização dos serviços;
- d) conjugação dos recursos físicos, materiais e humanos do Estado e dos municípios na realização de ações e prestação de serviços públicos de assistência à saúde da população, e divulgação de informações quanto ao potencial desses serviços e a sua utilização adequada pelo cidadão;
- e) cooperação técnica e financeira do Estado aos municípios na prestação de serviços;
- f) planejamento estratégico que reflita as necessidades da população, com base em uma análise territorial definindo problemas

prioritários e áreas de maior risco;

g) intercâmbio de dados, informações e experiências referentes ao SUS, visando ao seu aprimoramento e ao fortalecimento das relações do Estado com os municípios;

h) incentivo ao trabalho integrado e harmonioso dos profissionais que atuam na área da saúde, promovendo o reconhecimento, em favor da qualidade e resolubilidade das ações de saúde, da experiência e da capacidade técnica e científica demonstrada pelo profissional.

Parágrafo Único - A gratuidade dos serviços prestados através do SUS não inclui a cobrança das taxas e penalidades de vigilância sanitária.

Art. 6º - No âmbito do SUS, a gratuidade é vinculada ao indivíduo, vedando-se-lhe a cobrança de despesas de qualquer título.

1º - A assistência gratuita ao indivíduo beneficiário de seguro-saúde ou de outra modalidade assistencial de medicina de grupo ou de cooperativa médica, implica o reembolso ao Poder Público, a ser efetuado pela empresa seguradora ou entidade congênere, de despesas com o atendimento.

2º - O valor do reembolso das despesas corresponderá aos valores dos procedimentos assistenciais estipulados pelas tabelas do Sistema Único de Saúde vigentes no período da prestação da assistência ambulatorial ou hospitalar.

3º - A receita gerada no âmbito do SUS, pelo reembolso de despesas, previstas nesta lei, será considerada recurso de outras fontes para o financiamento do sistema, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e terá gestão própria a administração dos serviços, fazendo parte do respectivo Fundo de Saúde estadual ou municipal.

Art. 7º - A gestão do SUS é exercida, no Estado, pela Secretaria de Estado da Saúde/Instituto de Saúde do Estado do Paraná - SESA/ISEP, e, no município, pela respectiva Secretaria Municipal de Saúde ou órgão equivalente, ressalvadas as competências constitucionais e legais conferidas ao

Governador do Estado e aos Prefeitos Municipais.

Art. 8º - As autoridades sanitárias do SUS são aquelas identificadas na organização das Secretarias de Saúde ou em órgãos equivalentes, e nos atos regulamentares de fiscalização e controle de ações e serviços de saúde.

SEÇÃO II

Da Política Estadual de Saúde e dos Planos de Saúde

Art. 9º - A Política Estadual de Saúde, estabelecida pela Secretaria Estadual de Saúde/Instituto de Saúde do Paraná, deverá basear-se nos princípios e diretrizes da Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica da Saúde.

Art. 10 - A Política de Saúde, expressa em Planos de Saúde do Estado e dos municípios, será orientada para:

- I. a atuação articulada do Estado e dos municípios, mediante o estabelecimento de normas, ações, serviços e atividades sobre fato, situação ou local que ofereça risco à saúde individual e coletiva;
- II. a articulação com autoridades e órgãos de outras áreas estaduais e com a direção nacional do SUS, para a realização e promoção de estudos e pesquisas interdisciplinares, a identificação de fatores potencialmente prejudiciais à qualidade de vida e a avaliação de resultados de interesse para a saúde.
- III. a adoção do critério de reais necessidades de saúde da população, identificadas por estudos epidemiológicos loco-regionais, refletidas na elaboração de planos e programas e na oferta de serviços de atenção à saúde;
- IV. a prioridades das ações preventivas em relação às ações e aos serviços assistenciais;
- V. a formulação, com ampla divulgação à sociedade, de indicadores de avaliação de resultados das ações e dos serviços de saúde.

Art. 11 - Os Planos de Saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do SUS e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária.

SEÇÃO III

Da Competência do Estado

Art. 12 - Compete à direção estadual do SUS, além do previsto na Lei Orgânica da Saúde:

- I. elaborar e atualizar periodicamente o Plano Estadual de Saúde;
- II. coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de promoção, proteção e assistência integral à saúde;
- III. formular, executar, acompanhar e avaliar, em caráter suplementar à União, a política de insumos e equipamentos para a saúde;
- IV. prestar assessoria e apoio aos municípios no planejamento e execução das ações e serviços de saúde;
- V. colaborar, através de convênio com a União, na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;
- VI. coordenar, regular e controlar a rede estadual de laboratórios de saúde pública, de sangue e hemocomponentes;
- VII. transferir aos municípios os serviços de saúde próprios do Estado que atuam preponderante ou exclusivamente na área do município, ou cuja complexidade interessa para garantir a resolubilidade dos sistemas municipais, desde que acordados pelos Conselhos de Saúde estadual e municipais;
- VIII. elaborar, acompanhar, avaliar e divulgar os indicadores de morbidade, mortalidade e condições de risco ou agravamento à saúde, no âmbito do Estado;
- IX. estabelecer normas e critérios de qualidade para o controle e a avaliação das ações e dos serviços de saúde;
- X. celebrar contratos e convênios com serviços de referência estadual ou serviços que envolvam novas tecnologias para fiscalização, controle e avaliação das ações e serviços de saúde;
- XI. regular e controlar a regionalização e hierarquização das ações e serviços de saúde, no âmbito estadual;
- XII. estabelecer normas suplementares sobre promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, desde que observadas as normas gerais de competência da União;

- XIII. normatizar os procedimentos relativos às ações de saúde ou serviços inovadores que venham a ser implantados no Estado, tanto por iniciativa do poder público como do setor privado;
- XIV. regular a instalação de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde;
- XV. regular, através do Registro Estadual de Produtos, a produção e comercialização de produtos de interesse à saúde, no âmbito estadual, obedecendo os padrões estabelecidos pelas legislações federal e estadual vigentes;
- XVI. exercer, com equidade, o papel redistributivo de meios e instrumentos para os municípios realizarem adequada política de saúde;
- XVII. executar, suplementarmente, serviços e ações de saúde nos municípios, no limite das deficiências locais;
- XVIII. organizar, controlar e participar da produção e da distribuição de medicamentos, de componentes farmacêuticos básicos, produtos químicos, biotecnológicos, imunológicos, hemoderivados e outros de interesse para a saúde, facilitando o acesso da população;
- XIX. fiscalizar e controlar, suplementarmente, os estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde, no Estado;
- XX. incentivar e assessorar a formação de consórcios intermunicipais de saúde;
- XXI. regular, fiscalizar e controlar as ações e serviços dos consórcios intermunicipais de saúde;
- XXII. registrar, regulamentar e fiscalizar as atividades de empresas de seguro-saúde, medicina de grupo, cooperativas de serviços médicos e congêneres;
- XXIII. gerenciar o Sistema Estadual de Informação em Saúde;
- XXIV. gerenciar o Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação das ações e serviços de saúde;
- XXV. expedir, em caráter suplementar, licença sanitária para os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços.

Parágrafo Único - A competência para expedir licença sanitária para os hospitais, bancos de sangue, serviços de terapia renal substitutiva e servi-

ços de radiologia, radioterapia e quimioterapia é do Estado, podendo ser delegada aos municípios através de ato do Secretário Estadual da Saúde.

SEÇÃO IV

Da Competência do Município

Art. 13 - Compete à direção municipal do SUS, além do constante na Lei Orgânica da Saúde:

- I. planejar, organizar, gerir, executar, controlar e avaliar as ações e serviços de promoção e atenção integral à saúde, no âmbito municipal;
- II. participar do planejamento, da programação e da organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a direção estadual;
- III. elaborar e atualizar periodicamente o Plano Municipal de Saúde;
- IV. executar, no âmbito municipal, a política de insumos e equipamentos para a saúde;
- V. exercer a fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana, e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes para controlá-las;
- VI. gerir laboratórios de saúde pública e hemocentros integrados na sua organização administrativa;
- VII. colaborar, através de convênios, com a União e com os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;
- VIII. celebrar contratos e convênios para aquisição de serviços de assistência à saúde, com prestadores de serviços de saúde, cuja complexidade interessa para garantir a resolubilidade do sistema de saúde, bem como controlar e avaliar a sua execução;
- IX. controlar e fiscalizar, nos termos desta lei, os estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde no Município;
- X. formar consórcios administrativos intermunicipais, os quais obedecerão o princípio da direção única, a ser definida no ato constitutivo da entidade, que ficará sujeita às mesmas normas de observância obrigatória às distintas pessoas jurídicas integrantes do SUS;

- XI. elaborar a legislação de saúde no âmbito municipal;
- XII. organizar distritos, núcleos ou circunscrições sanitárias para integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações e dos serviços de saúde;
- XIII. expedir licença sanitária para todos os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, com exceção da competência exclusiva do Estado;
- XIV. expedir, no que concerne estritamente aos interesses locais, normas suplementares ao presente Código.

SEÇÃO V

Da Participação Complementar

Art. 14 - Os serviços privados, com ou seu fins lucrativos, participam do SUS de forma complementar, formalizada mediante contrato ou convênio, observadas as normas expedidas pelos órgãos de direção nacional, estadual e municipal do SUS, quanto à condições para seu funcionamento.

Art. 15 - Os critérios e valores para a remuneração de serviços de saúde e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos com base na legislação vigente.

Art. 16 - É vedada destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenção às entidades privadas com fins lucrativos.

SEÇÃO VI

Da Participação da Comunidade na Gestão do SUS

Art. 17 - A sociedade participa do Sistema Único de Saúde - SUS, através dos Conselhos e Conferências Estadual e Municipais de Saúde, na forma da lei.

SEÇÃO VII

Do Financiamento do SUS e do Fundo de Saúde

Art. 18 - As ações e os serviços do SUS serão financiados com os seguintes recursos:

- I. dotações ou créditos consignados nos orçamentos fiscal e de investimento do Estado e dos municípios;

- II. transferências da União para o Estado e transferências do Estado para os Municípios;
- III. recursos de outras fontes.

Parágrafo Único - O financiamento dos serviços e ações de saúde, considerado pelo Poder Público como suporte dos interesses da cidadania, far-se-á sempre mediante correlação entre a despesa e a respectiva fonte de receita.

Art. 19 - Os recursos financeiros, relativos ao SUS, provenientes de receita, repasse ou transferências da União para o Estado e do Estado para os municípios, serão depositados junto ao fundo de saúde de cada esfera de governo e movimentados pela direção do SUS, sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo Único - Nos fundos de saúde, estadual e municipal, os recursos financeiros do SUS serão discriminados como despesas de custeio e de investimento das respectivas secretarias de saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta, de modo que se identifiquem globalmente os recursos destinados ao setor saúde.

Art. 20 - Comprovado no interesse do SUS, a conveniência da ajuda financeira, a concessão de recursos públicos para auxílio ou subvenção a entidades filantrópicas com ou sem fins lucrativos ficará ainda subordinada ao preenchimento, pela entidade interessada, de requisitos de idoneidade técnica, científica, sanitária e administrativa, fixados por órgão e entidade específica do SUS, e à avaliação do retorno social dos serviços e atividades que realizam.

Art. 21 - A quantificação global dos recursos próprios, incluídos ou transferidos pela União, que o Estado destinará aos Municípios, para atender a despesas de custeios e investimentos, constará do Plano Estadual de Saúde.

Art. 22 - Na transferência para os municípios de recursos estaduais ou provenientes da esfera federal, a fixação de valores ficará subordinada à

conjugação dos seguintes critérios na análise técnica e priorização de programas e projetos:

- I. perfil demográfico do município;
- II. perfil epidemiológico da área a ser coberta;
- III. características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;
- IV. desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;
- V. níveis de participação do setor de saúde no orçamento municipal;
- VI. previsão do plano de investimentos; e,
- VII. ressarcimento dos serviços prestados para outras esferas do governo.

1º - No caso de município sujeito a notório processo de migração, ou a flutuação populacional cíclica, o critério demográfico mencionado no inciso I deste artigo serão ponderados por outros indicadores estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde.

2º - Além de outros que venham a ser estabelecidos, é requisito essencial para o recebimento de recursos do Estado a existência, no Município, de Conselho de Saúde, Fundo de Saúde e Plano de Saúde.

Art. 23 - Sem prejuízo do controle externo, destinado a verificação da probidade dos agentes da administração e da legalidade da aplicação dos recursos públicos, as esferas estadual e municipal do SUS estabelecerão instrumentos e procedimentos eficazes de controle interno da execução orçamentária.

SEÇÃO VIII

Dos Recursos Humanos

Art. 24 - A política de recursos humanos na área da saúde deve ter como fundamento o respeito ao trabalhador e deve orientar-se no sentido de incentivar a formação profissional adequada, à reciclagem constante e a existência de planos de cargos, carreiras e salários.

Art. 25 - Os cargos e funções de direção e chefia, no âmbito público do SUS, serão exercidos em tempo integral, e, preferencialmente, por servidores integrantes do Quadro Geral do Estado.

Art. 26 - É vedada a nomeação ou designação, para cargo ou função de chefia, direção, assessoramento ou fiscalização na área pública da saúde, em qualquer nível, de proprietário, funcionário, sócio ou pessoa que exerça a função de direção, gerência ou administração de entidades privadas que mantenham contratos ou convênio com o SUS.

CAPÍTULO II

DA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

SEÇÃO I

Da Informação

Art. 27 - O Estado organizará, em articulação com os municípios, o Sistema Estadual de Informações em Saúde, abrangendo dados epidemiológicos, de gerenciamento, de prestação e de avaliação de serviços.

Parágrafo Único - Os órgãos e entidades públicas e privadas, de qualquer natureza, participante ou não do SUS, deverão fornecer dados e informações à direção do SUS, na forma por esta solicitada, para fins de planejamento, de correção finalística de atividades e de elaboração de informações de saúde.

Art. 28 - É obrigatório o preenchimento da Declaração de Nascimento Vivo, ou equivalente, para toda criança que, ao nascer, apresentar qualquer sinal de vida, com posterior envio ao serviço de saúde competente, pelos:

- I. estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, onde ocorreu o nascimento; ou,
- II. cartórios competentes de registro civil, no momento de registro da criança, em caso de nascimento domiciliar.

Art. 29 - A Declaração de Óbito deverá ser firmada por médico devidamente habilitado para o exercício da medicina, podendo, na sua falta, ser preenchida pelo oficial competente, e firmada por duas pessoas que presenciaram ou verificaram o óbito, mediante a apresentação de documento de identidade que será expressamente mencionado na declaração.

Parágrafo Único - A Declaração de Óbito deverá ser remetida ao serviço de saúde competente pelo:

- I. médico que firmou a declaração;
- II. pelo cartório de registro civil competente.

Art. 30 - Compete à direção do SUS, em cada esfera de governo, informar, através dos meios de comunicação, os serviços, as empresas e os produtos irregulares, fraudulentos ou os que exponham à risco a saúde da população.

Art. 31 - É dever da direção do SUS, em cada esfera de governo, garantir amplo acesso da população às informações sobre ações e serviços de saúde, de promoção à saúde e qualidade de vida, através de meios de comunicação.

SEÇÃO II

Da Saúde Ambiental

Art. 32 - Compete à direção do SUS a execução de ações de saúde ambiental abrangendo:

- I. a participação na execução de ações de proteção do ambiente e defesa do desenvolvimento sustentado.
- II. a fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana, e atuação, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes para controlá-las.
- III. a participação na formulação das políticas de saneamento básico e ambiental, juntamente com os setores específicos.
- IV. a participação na execução e na destinação de recursos, quando de interesse epidemiológico para o desenvolvimento de ações de saneamento básico e ambiental agindo de forma integrada com os órgãos competentes.

Art. 33 - Nos casos de projetos de obra ou instalação de atividade potencialmente causadora de dano ou risco à vida ou à saúde coletiva, o SUS exigirá, dos responsáveis, estudos prévios sobre o impacto dos efeitos para a saúde da população.

SEÇÃO III

Da Saúde e Trabalho

Art. 34 - A atenção à saúde do trabalhador no setor público e privado, do mercado forma e informal, compreende as ações individuais e coletivas desenvolvidas no âmbito do SUS, abrangendo:

- I. o atendimento à população trabalhadora através de referência especializada e hierarquizada, visando o estabelecimento da associação entre doença-trabalho, o diagnóstico e tratamento, utilizando-se para isso, de toda tecnologia disponível;
- II. a avaliação das fontes de risco à saúde nos locais e processos de trabalho, determinando a adoção das providências para a eliminação ou redução dos riscos;
- III. a informação aos trabalhadores e às entidades sindicais quanto à situação de saúde e das condições de riscos no ambiente de trabalho;
- IV. a articulação com instituições governamentais e não governamentais que desenvolvam trabalhos relacionados à saúde do trabalhador, para a avaliação das situações de risco e adoção das medidas exigidas.

Parágrafo Único - Os serviços de vigilância sanitária e epidemiológica manterão fiscalização e controle das atividades desenvolvidas nos ambientes de trabalho que, direta ou indiretamente ocasionem ou possam vir a ocasionar risco ou dano à saúde, à vida ou à qualidade de vida.

Art. 35 - O SUS, através de seus serviços competentes, participará da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

SEÇÃO IV

Do Sangue e seus Derivados

Art. 36 - O Poder Executivo Estadual regulamentará o processo de coleta, processamento, percurso e transfusão do sangue e seus derivados, mantendo uma rede estadual de hematologia e hemoterapia para o desenvolvimento das ações e dos serviços nessas áreas, de acordo com os planos nacional e estadual de sangue hemoderivados.

Parágrafo Único - É vedado às instituições ou entidades privadas,

com ou sem fins ativos, todo tipo de comercialização no tocante a órgãos, tecidos e partes do corpo humano, e ao sangue e seus derivados.

SEÇÃO V

Da Vigilância Sanitária e Epidemiológica

Art. 37 - A atuação da vigilância sanitária far-se-á integradamente com a vigilância epidemiológica e abrangem um conjunto de ações capazes de:

- I. eliminar, diminuir ou prevenir riscos e agravos à saúde do indivíduo e da coletividade;
- II. intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção, distribuição, comercialização e uso de bens de capital de consumo e da prestação de serviços de interesse da saúde individual e coletiva.

1º - Na interpretação e aplicação das normas e na execução de ações e implementação de serviços de vigilância sanitária e epidemiológica, os órgãos e entidades estaduais e municipais do SUS cuidarão para que sua atuação se efetive de modo que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

2º - Nas ações e nos serviços desenvolvidos pela vigilância sanitária e epidemiológica, são asseguradas a cooperação dos sindicatos de trabalhadores, dos organismos de defesa do consumidor, das entidades ambientalistas e conselhos de classe.

3º - Entende-se por agravo quaisquer eventos ou condições, decorrentes ou não da atividade humana, que causem prejuízo ou dano à saúde.

Art. 38 - As ações de vigilância sanitária recaem sobre:

- I. proteção do ambiente e defesa do desenvolvimento sustentado;
- II. saneamento básico;
- III. alimentos, água e bebidas para o consumo humano;
- IV. medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde;
- V. ambiente e processos de trabalho e saúde do trabalhador;
- VI. serviços de assistência à saúde;
- VII. sangue e hemoderivados;

VIII. produção, transporte, guarda e utilização de outros bens, substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

IX. radiações de qualquer natureza.

Art. 39 - No exercício de sua função preventiva e corretiva de vigilância sanitária, a direção do SUS recorrerá, quando necessário, à atuação do Ministério Público.

Art. 40 - Todo caso suspeito ou confirmado de doença ou outro agravo deverá ser notificado compulsoriamente aos serviços de vigilância epidemiológica, sempre que:

- I. seja exigida pelo regulamento sanitário internacional ou seja doença sob vigilância da Organização Mundial da Saúde;
- II. seja regularmente exigida pela Legislação Federal ou pelos órgãos do SUS.

1º - É obrigatória a notificação de epidemias, mesmo em se tratando de doenças e outros agravos para os quais não se exige a notificação de casos individuais.

2º - As doenças não transmissíveis e outros agravos à saúde que tenham interesse epidemiológico poderão, a critério do gestor, ser considerados de notificação compulsória.

Art. 41 - A notificação de doenças e outros agravos poderá ser feita por qualquer cidadão, sendo obrigatória para os profissionais de saúde e para todos os serviços de assistência à saúde.

Art. 42 - As autoridades sanitárias determinarão, em caso confirmado ou suspeito de doença transmissível, as medidas de controle e profilaxia a serem adotadas.

Art. 43 - Cabe à autoridade sanitária tomar medidas que objetivem a evolução diagnóstica, podendo, sempre que necessário, solicitar, fundamentadamente, autorização judicial para exame cadavérico, viscerotomia ou necropsia, nos casos de óbito por qualquer agravo.

Art. 44 - Compete à direção do SUS, em cada esfera de governo, conhecer e analisar o perfil de morbi-

mortalidade dos agravos, planejar, normatizar e coordenar a execução de ações destinadas ao controle dos fatores de risco destes agravos.

CAPÍTULO III

DAS INFRAÇÕES SANITÁRIAS E DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I

Da Caracterização das Infrações

Art. 45 - Considera-se infração sanitária, para os fins desta lei, a desobediência ou inobservância ao disposto em normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinem a preservar a saúde.

Art. 46 - Os fabricantes e fornecedores de equipamentos, produtos e serviços de interesse da saúde respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo.

Art. 47 - O resultado da infração sanitária é imputável a quem lhe deu causa ou para ela concorreu.

1º - Considera-se causa a ação ou omissão, sem a qual a infração não teria ocorrido.

2º - Não será imputada punição à infração decorrente de caso fortuito ou força maior, que vier a determinar avaria, deterioração ou alteração de produtos ou bens de interesse a saúde pública.

Art. 48 - As infrações sanitárias classificam-se em:

- I. leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;
- II. graves, aquelas em que seja verificada uma circunstância agravante;
- III. gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais situações agravantes.

Art. 49 - São circunstâncias atenuantes:

- I. ser primário o infrator;
- II. não ter sido a ação do infrator, fundamental para a ocorrência do evento; ou
- III. procurar o infrator, espontaneamente, reparar ou minorar as conse-

Curitiba, quinta, em 11.09.97

quências do ato lesivo à saúde pública, que lhe foi imputado.

Art. 50 - São circunstâncias agravantes:

- I. ser reincidente o infrator;
- II. ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo, pelo público, de produto elaborado em desacordo com o disposto na legislação sanitária;
- III. ter o infrator coagido outrem para a execução material da infração;
- IV. ter a infração consequências danosas à saúde pública;
- V. deixar o infrator, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo ou a minorar o dano; ou,
- VI. ter o infrator agido com dolo.

1º - A reincidência torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a infração caracterizada como gravíssima.

2º - Havendo concurso de circunstâncias atenuantes ou agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 51 - Para imposição da pena e sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

- I. as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II. a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III. os antecedentes do infrator, quanto a outras infringências à legislação sanitária.

Art. 52 - As infrações sanitárias que configurem ilícitos penais serão comunicados à autoridade policial ou ao Ministério Público.

Art. 53 - As infrações que envolvam responsabilidade técnica serão comunicadas, pela autoridade sanitária, ao órgão de classe de que faça parte o infrator.

Art. 54 - A constatação de infração poderá ser objeto de comunicação aos órgãos competentes por qualquer do povo, sendo dever do servidor público.

SEÇÃO II**Das Sanções Administrativas**

Art. 55 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, e das penalidades contratualmente previstas, as infrações a este Código serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penas:

- I. advertência;
- II. pena educativa;
- III. rescisão de contrato;
- IV. apreensão do produto e/ou equipamento;
- V. inutilização do produto e/ou equipamento;
- VI. suspensão de venda ou fabricação do produto;
- VII. cancelamento do registro do produto, quando estadual;
- VIII. interdição, cautelar ou definitiva, total ou parcial, do estabelecimento, obra, produto, e/ou equipamento utilizado no processo produtivo;
- IX. cassação da licença sanitária;
- X. imposição de contra propaganda;
- XI. multa.

Art. 56 - A pena de advertência será aplicada verbalmente ou por escrito, e dela será mantido registro pelo órgão advertente.

Art. 57 - A pena educativa consiste:

- I. na divulgação, pela autoridade sanitária, da infração e das medidas adotadas;
- II. na reciclagem técnica do responsável pela infração, sob suas despesas;
- III. na veiculação, pelo infrator e com custas sob sua responsabilidade, das mensagens expedidas pelo SUS, acerca do objeto da penalização.

Art. 58 - A pena de rescisão de contrato refere-se aos contratos realizados com entidades que prestam serviços ao SUS.

Art. 59 - As penas de apreensão, inutilização, suspensão de venda ou fabricação e cancelamento do registro do produto ou equipamento serão aplicadas sempre que se mostrem necessárias para evitar risco ou dano à saúde.

Art. 60 - A pena de interdição cautelar, total ou parcial, do estabelecimento, produto ou equipamento será aplicada quando for constatado indício de infração sanitária em que haja risco ou dano à saúde e perdurará até que sejam sanadas as irregularidades.

1º - A pena de interdição cautelar, total ou parcial, poderá, justificadamente, tornar-se definitiva;

2º - A extensão da interdição será decidida por ato fundamentado da autoridade sanitária.

Art. 61 - A pena de contrapropaganda será imposta quando da ocorrência de publicidade enganosa ou abusiva, cujo resultado possa constituir risco ou ofensa à saúde.

Art. 62 - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante processo administrativo, revertendo-se para o Fundo Estadual ou Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - A pena de multa consiste no pagamento de valores correspondentes a no mínimo 100 Fatores de Correção e Atualização (FCA) e no máximo 10.000 Fatores de Correção e Atualização (FCA), ou baseados em outro indexador que venha substituí-lo, sendo:

- I. nas infrações leves, de 100 a 500 Fatores de Correção e Atualização;
- II. nas infrações graves, de 501 a 5.000 Fatores de Correção e Atualização;
- III. nas infrações gravíssimas, de 5.001 a 10.000 Fatores de Correção e Atualização.

SEÇÃO III**Das Infrações Sanitárias e das Penalidades**

Art. 63 - Constituem infrações sanitárias as condutas tipificadas abaixo:

- I. Construir, instalar ou fazer funcionar hospital, posto ou casa de saúde, clínica em geral, casa de repouso, serviço ou unidade de saúde, estabelecimento ou organização afim, que se dedique à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença de órgão sanitário corresponden-

te, ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: advertência, interdição, cassação da licença sanitária, rescisão de contrato e/ou multa.

- II. Construir, instalar, empreender ou fazer funcionar atividade ou estabelecimento sujeito a fiscalização sanitária como laboratórios de produção de medicamentos, droga ou insumo, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interesses à saúde pública, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes.

Pena: advertência, suspensão, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

- III. Fazer funcionar, sem assistência de responsável técnico legalmente habilitado, os estabelecimentos onde são produzidos, transformados, comercializados, armazenados, manipulados, analisados, preparados, extraídos, purificados, fracionados, embalados, reembalados, importados, exportados ou expedidos produtos de interesse à saúde.

Pena: advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

- IV. Extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou utilizar alimentos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, medicamentos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário ou contrariando o disposto em legislação sanitária.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, cancelamento

do registro do produto, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

- V. Cobrar, ou autorizar que terceiros cobrem, dos beneficiários do SUS, relativamente aos recursos e serviços utilizados em seu atendimento.

Pena: advertência, rescisão de contrato e/ou multa.

- VI. Recusar a internação do beneficiário do SUS em situação de urgência ou emergência, ainda que, no momento, não haja disponibilidade de leito vago em enfermaria.

Pena: advertência, rescisão de contrato e/ou multa.

- VII. Fraudar, falsificar ou adulterar produto sujeito ao controle sanitário.

Pena: advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro do produto, cassação da licença sanitária e/ou multa.

- VIII. Instalar ou fazer funcionar, sem licença sanitária emitida pelo órgão sanitário competente, estabelecimento industrial, comercial ou de prestação de serviços.

Pena: advertência, interdição, rescisão de contrato e/ou multa.

- IX. Rotular produtos sujeitos ao controle sanitário em desacordo com as normas legais.

Pena: advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro e/ou multa.

- X. Deixar de observar as normas de biosegurança e controle de infecções hospitalares e ambulatoriais estipuladas na legislação sanitária vigente.

Pena: advertência, interdição, rescisão de contrato, cassação de licença sanitária e/ou multa.

- XI. Expor à venda ou entregar ao consumo produto sujeito ao controle sanitário que esteja deteriorado, alterado, adulterado, fraudado, avariado, falsificado, com o prazo de validade expira-

- do, ou apor-lhe nova data de validade.
- Pena: advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XII. Comercializar ou armazenar com finalidade de venda, produtos sujeitos ao controle sanitário destinados exclusivamente à distribuição gratuita.
- Pena: advertência, apreensão do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XIII. Expor à venda, manter em depósito ou transportar produto sujeito ao controle sanitário, que exija cuidados especiais de conservação, sem a observância das cautelas e das condições necessárias a sua preservação.
- Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XIV. Fazer propaganda de serviço ou produto sujeito ao controle sanitário em desacordo com a legislação sanitária.
- Pena: advertência, proibição de propaganda, contrapropaganda, suspensão de venda ou fabricação do produto e/ou multa.
- XV. Aviar receita médica, odontológica ou veterinária em desacordo com prescrição ou determinação expressa em lei ou normas regulamentares.
- Pena: advertência, pena educativa, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XVI. Deixar de fornecer à autoridade sanitária dados de interesse à saúde, sobre serviços, matérias primas, substâncias utilizadas, processos produtivos e produtos e subprodutos utilizados.
- Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, interdição, cancelamento do registro do produto, cassação da licença sanitária, proibição de propaganda e/ou multa.
- XVII. Contrariar normas legais com relação ao controle da poluição e contaminação no ar, do solo e da água, bem como da poluição sonora com evidências de prejuízo à saúde pública.
- Pena: advertência, pena educativa, interdição e/ou multa.
- XVIII. Reaproveitar vasilhame de quaisquer produtos nocivos à saúde para embalagem e venda de alimentos, bebidas, medicamentos, drogas, substâncias, produtos de higiene, produtos dietéticos, cosméticos ou perfumes.
- Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XIX. Manter, em estabelecimento sujeito a controle e fiscalização sanitária, animal doméstico que coloque em risco a sanidade de alimentos e outros produtos de interesse à saúde, ou que comprometa a higiene do local.
- Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XX. Coletar, processar, utilizar e/ou comercializar o sangue e hemoderivados em desacordo com as normas legais.
- Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, rescisão do contrato, cassação da licença sanitária, intervenção e/ou multa.
- XXI. Comercializar ou utilizar placentas, órgãos, glândulas ou hormônios humanos, contrariando as normas legais.
- Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária, intervenção e/ou multa.
- XXII. Utilizar, na preparação de hormônio, órgão de animal doente ou que apresente sinais de decomposição.
- Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, suspensão de venda ou fabricação do produto, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XXIII. Deixar de notificar doença ou outro agravo à saúde, quando tiver o dever legal de fazê-lo.
- Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.
- XXIV. Deixar de notificar epidemia de qualquer doença ou outro agravo

- à saúde mesmo que não sejam de notificação obrigatória.
- Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.
- XXV. Deixar de preencher, clara e corretamente, a declaração de óbito segundo as normas da Classificação Internacional de Doenças e/ou recusar esclarecer ou completar a declaração de óbito, quando a isso solicitado pela autoridade sanitária.
- Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.
- XXVI. Deixar de preencher, clara e corretamente, e/ou reter a declaração de nascido vivo, não enviando-a ao serviço de saúde competente.
- Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.
- XXVII. Reter atestado de vacinação obrigatória e/ou dificultar, deixar de executar ou opor-se à execução de medidas sanitárias destinadas à prevenção de doenças transmissíveis.
- Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.
- XXVIII. Opor-se à exigência de provas diagnósticas ou a sua execução pela autoridade sanitária.
- Pena: advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XXIX. Aplicar raticidas, agrotóxicos, preservantes de madeiras, produtos de uso veterinário, solventes, produtos químicos ou outras substâncias sem observar os procedimentos necessários à proteção da saúde das pessoas e dos animais.
- Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.
- XXX. Reciclar resíduos infectantes gerados por estabelecimento prestador de serviços à saúde.
- Pena: advertência, interdição, rescisão de contrato e/ou multa.
- XXXI. Proceder à cremação de cadáver ou utilizá-lo, contrariando as normas sanitárias pertinentes.
- Pena: advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XXXII. Impedir o sacrifício de animal considerado perigoso para a saúde pública.
- Pena: advertência e/ou multa.
- XXXIII. Manter condição de trabalho que cause dano à saúde do trabalhador.
- Pena: advertência, interdição e/ou multa.
- XXXIV. Construir obras sem os padrões de segurança e higiene indispensáveis à saúde do trabalhador.
- Pena: advertência, interdição e/ou multa.
- XXXV. Adotar, na área de saneamento básico ou ambiental, procedimento que cause dano à saúde pública.
- Pena: advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XXXVI. Distribuir água que não atenda a padrões de potabilidade vigentes, ou sem controle de qualidade, ou sem divulgação adequada de informações sobre a mesma ao consumidor.
- Pena: advertência, interdição, contra-propaganda e/ou multa.
- XXXVII. Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes, no exercício de suas funções.
- Pena: advertência e/ou multa.
- XXXVIII. Fornecer ou comercializar medicamento, droga ou correlato sujeito à prescrição médica, sem observância dessa exigência, ou contrariando as normas vigentes.
- Pena: advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XXXIX. Executar toda e qualquer etapa do processo produtivo, inclusive transporte e utilização de produto ou resíduo perigoso, tóxico ou explosivo, inflamável, corrosivo, emissor de radiação ionizante, entre outros, contrariando a legislação sanitária vigente.
- Pena: advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do produto, interdição, suspensão de venda, cassação da licença sanitária e/ou multa.
- XL. Deixar de observar as condições higiênico-sanitárias na manipulação de produtos de interesse a saúde, quanto ao estabelecimen-

to, aos equipamentos, utensílios e funcionários.

Pena: advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XLII. Fabricar ou fazer operar máquina, equipamento ou dispositivo que ofereça risco à saúde do trabalhador.

Pena: advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do equipamento, suspensão da venda ou fabricação do produto, interdição, cassação da licença sanitária, proibição de propaganda e/ou multa.

XLIII. Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres, nacionais ou estrangeiros.

Pena: advertência, pena educativa e/ou multa.

XLIII. Inobservância, por parte do proprietário ou de quem detenha sua posse, de exigência sanitária relativa a imóvel ou equipamento.

Pena: advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do equipamento, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XLIV. Transgredir qualquer norma legal ou regulamentar destinada à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Pena: advertência, pena educativa, interdição, suspensão da venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, proibição de propaganda, cassação da licença sanitária, imposição de contrapropaganda e/ou multa.

XLV. Dispensar medicamentos, através de via postal, sem autorização da autoridade sanitária competente.

Pena: advertência, apreensão do produto, cassação da licença sanitária, interdição e/ou multa.

XLVI. Exercer e/ou permitir o exercício de encargos relacionados com

a promoção e recuperação da saúde por pessoas sem a necessária habilitação legal.

Pena: advertência, interdição, rescisão de contrato e/ou multa.

Parágrafo Único - A interdição prevista no inciso XXXV poderá abranger todo o sistema de coleta ou distribuição.

Art. 64 - As infrações às disposições legais e regulamentares prescrevem em cinco anos.

1º - A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a sua apuração e conseqüente imposição de pena.

2º - Não corre prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

SEÇÃO IV

Do Processo Administrativo

Art. 65 - As infrações sanitárias serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração, observados o rito e prazos estabelecidos nesta lei.

Art. 66 - O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade sanitária que a houver constatado, devendo conter:

- I. nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como outros elementos necessários à sua qualificação e identidade civil;
- II. local, data e hora da lavratura onde a infração foi verificada;
- III. descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;
- IV. penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição;
- V. ciência pelo autuado de que responderá a processo administrativo;
- VI. assinatura do autuado ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante, com menção da ausência ou recusa;
- VII. prazo para interposição de recurso, quando cabível.

1º - Se a irregularidade ou infração não constituir perigo iminente para a saúde, a critério da autoridade sanitária, o infrator será inti-

mado, na sede da repartição competente ou no local da ocorrência, para, no prazo de até 90 dias, fixado pela autoridade sanitária, proceder a regularização.

2º - O termo de intimação conterá dados suficientes para identificar o infrator e a infração, além de esclarecer a situação legal deste.

3º - Persistindo a irregularidade ou infração, terá prosseguimento o processo administrativo sanitário.

Art. 67 - O infrator será notificado para ciência do auto de infração e defesa:

- I. pessoalmente;
- II. pelo correio;
- III. por edital, se não for localizado.

1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação.

2º - O edital referido no inciso III deste artigo, será publicado na imprensa oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 68 - A autoridade sanitária poderá, desde que necessário para a apuração de irregularidade ou infração, proceder a apreensão de amostra de produto para realização de análise e elaboração de laudo.

Art. 69 - Após a notificação, o infrator terá prazo de dez dias para apresentar defesa.

Art. 70 - Decorrido o prazo de defesa, e após ouvir o autuante e examinar as provas colhidas, a autoridade competente decidirá fundamentadamente.

Art. 71 - Decidida a aplicação de penalidade, caberá recurso, em primeira instância, à autoridade superior, dentro da esfera governamental sob cuja jurisdição se haja instaurado o processo.

Art. 72 - Da decisão da autoridade superior, mantendo ou não a aplicação da penalidade, caberá recurso em segunda e última instância ao Secretário de Estado da Saúde ou ao Secretário Municipal de Saúde, conforme a

jurisdição em que se haja instaurado o processo.

Art. 73 - Os prazos para interposição de quaisquer recursos, no procedimento administrativo sanitário, são de dez dias a contar da notificação da decisão.

Art. 74 - Os recursos não terão efeito suspensivo.

Parágrafo Único - Poderá, entretanto, a autoridade a quem é dirigido o recurso, em cognição sumária e revogável a qualquer tempo, determinar a suspensão da aplicação da penalidade.

Art. 75 - As penalidades previstas nesta lei serão aplicadas pelas autoridades competentes da Secretaria Estadual da Saúde/Instituto de Saúde do Paraná e dos municípios, conforme atribuições que lhe sejam conferidas.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 76 - Fica criado o Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação que compreende o conjunto de órgãos do SUS que exercem a fiscalização técnica-científica, contábil, financeira e patrimonial das ações e dos serviços de saúde, além de avaliar o seu desempenho, qualidade e resolubilidade.

Art. 77 - O indivíduo e seus familiares ou responsáveis deverão ser informados sobre sua situação de saúde, etapas do tratamento, formas alternativas, métodos específicos a serem utilizados, possíveis sofrimentos decorrentes, riscos, efeitos colaterais e benefícios do tratamento necessário.

Art. 78 - É obrigatório manter afixada, em local visível, a lista de medicamentos identificados por sua denominação genérica e o seu correspondente nome ou marca comercial, em qualquer estabelecimento de dispensação de medicamentos.

Parágrafo Único - Por denominação genérica se entende o princípio ativo ou fármaco, adotado pelo Ministério da Saúde ou na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI)

recomendada pela Organização Mundial da Saúde.

Art. 79 - Durante o internamento de crianças e adolescentes nos estabelecimentos do SUS, serão proporcionadas condições mínimas adequadas para permanência de um dos pais ou responsável, com o menor, em período integral.

Art. 80 - Deverão ser mantidos, no âmbito do SUS, serviços de orientação e informação sobre a sexualidade humana e a auto-regulação da fertilidade, preservada a liberdade do indivíduo para exercer a procriação ou para evitá-la.

Art. 81 - Deverá ser facilitado à população idosa ou portadora de deficiência o acesso aos serviços de atendimento através da adequação arquitetônica da rede física do SUS.

Art. 82 - O SUS, pelo seu corpo clínico especializado, prestará atendimento médico para a prática do aborto legalmente autorizado.

Art. 83 - O SUS deverá assegurar ao indivíduo, a realização de cirurgias reparadoras, nos casos que sabidamente essa intervenção diminuirá a incapacidade e corrigirá deformidades, propiciando uma melhora na qualidade de vida do indivíduo.

Art. 84 - Aos pacientes do SUS não se admite tratamento diferenciado nos hospitais públicos e nos serviços contratados ou conveniados.

Art. 85 - As empresas de seguro saúde, medicina de grupo, cooperativas de serviços médicos e congêneres, para atuarem no Estado do Paraná, são obrigadas a obterem registro junto à Secretaria de Estado da Saúde.

1º - Essas empresas terão suas atividades autorizadas, regulamentadas e fiscalizadas pela Secretaria de Estado da Saúde.

2º - As sociedades e empresas de seguro-saúde, medicina de grupo, as cooperativas de trabalho médico e outras empresas que atuam na área da saúde fornecerão à direção estadual do SUS relação atualizada dos seus segurados, anualmente.

Art. 86 - A direção estadual do SUS poderá firmar convênios com hospitais universitários e de ensino, público ou privado, que estabelecerão, dentre outros, os encargos do hospital universitário no tocante à formação de recursos humanos, a adequação da formação profissional às novas exigências da política de saúde, à atualização continuada da habilitação técnico-científica do profissional, à pesquisa e à transferência de novos conhecimentos na área das ciências da saúde, e à adoção de práticas assistenciais alternativas exigidas pela realidade nosológica.

Art. 87 - As normas deste Código não afastam outras cujo objeto seja a prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde e garantia do direito de saúde de todo cidadão.

Art. 88 - Esta lei será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

Parágrafo Único - O Secretário de Estado da Saúde resolverá, por ato próprio, as questões atinentes à regulamentação desta lei até a publicação do ato regulamentar a que se refere o caput deste artigo, respeitada, para tanto, a competência municipal, sendo aplicáveis, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 3.641, de 14 de julho de 1977.

Art. 89 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e, ressalvado o disposto no Parágrafo Único do art. 88 deste Código, revogam-se as disposições em contrário.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica revogada a Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 1975, que aprovou o Código Sanitário do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 049/97

Curitiba, 09.09.97.
Senhor Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar o "Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos - PCCV", para o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, entidade de personalidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

A posição ora formulada consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, tendo, também, sido objeto de pareceres da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria de Estado do Governo. Em tais estudos e apreciações a medida foi considerada plenamente justa, oportuna e obediente aos preceitos constitucionais e de legislação pertinentes ao assunto, harmonizando-se, portanto, aos superiores interesses da Administração.

Vale ressaltar que o plano de lei em referência, que, aliás, retrata atendimento de antiga reivindicação do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, mormente de seu corpo funcional, ensejará eficiente instrumento para atração e retenção de servidores qualificados, com indiscutíveis benefícios às importantes atividades desempenhadas pela Instituição.

Ademais, a adoção da medida busca a valorização dos recursos humanos do referido Instituto, definindo-lhes, de maneira clara e precisa, as respectivas atribuições, estabelecendo, também, critérios adequados de enquadramento e de acesso e crescimento de servidores na estrutura do Quadro de Pessoal do Órgão, fazendo-se, assim, inteira justiça funcional.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

CAPÍTULO I

Art. 1º - Fica criado o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos - PCCV, para servidores públicos do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, cujas características fundamentais, objetivos e conceitos estão expressos no Anexo I, que integra a presente lei.

Art. 2º - Este Plano possui estrutura ocupacional, considerando carreiras, cargos, classes, funções e grupos de referências salariais, conforme Anexo II.

Art. 3º - Os cargos públicos componentes deste Plano serão providos através de nomeação com a exigência de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, efetuado pelo Instituto, satisfeitas as exigências estabelecidas neste Plano, publicadas em edital específico, para ingresso na referência inicial do cargo/classe a ser provido.

Parágrafo Único - Referido concurso deverá ser previamente analisado pela Secretaria de Estado da Administração - SEAD, e autorizado pelo Governador do Estado.

Art. 4º - Durante o estágio probatório de dois anos de efetivo exercício, serão apurados os requisitos necessários à confirmação do servidor no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

Art. 5º - Tanto para o dimensionamento e orientação do processo de seleção, como para progressão e ascensão funcional, a Direção do Instituto, com a homologação do Conselho de Administração, definirá seu quadro funcional por carreira, cargo, classe, função e lotação.

Art. 6º - A progressão, passagem do servidor de uma referência de vencimento para outra dentro da mesma classe e função, dependerá dos requisitos preestabelecidos.

1º - A progressão se dará por mérito ou antigüidade.

2º - Concorrerá à progressão por mérito o servidor que contar com no mínimo 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no Instituto.

3º - Não poderá concorrer à progressão por mérito o servidor que:

- I. estiver em licença sem vencimento;
- II. tiver recebido pena disciplinar de advertência escrita ou suspensão;
- III. estiver em curso de pós-graduação com afastamento de serviço, respeitado o contido nas Normas de Pós-Graduação do IAPAR.

4º - Serão promovidos a cada ano, no mês de julho, pelo critério de mérito, aferido por meio de avaliação de desempenho, no mínimo 10 e no máximo 30 por cento do efetivo de servidores ocupantes de cada função, entre os que alcançarem a avaliação máxima.

5º - O IAPAR, no prazo máximo de 150 dias, a partir da aprovação deste Plano, submeterá o Programa de Avaliação de Desempenho e Acompanhamento de Pessoal à homologação do Conselho de Administração.

6º - O servidor que for promovido pelo critério de mérito, ficará excluído de igual direito no ano seguinte, não podendo esta progressão ser efetuada no mesmo ano da progressão por antiguidade.

7º - O processo de progressão pelo critério de mérito caberá a uma comissão constituída para essa finalidade, obedecendo a critérios e normas instituídas pelo IAPAR.

8º - A progressão por antiguidade será processada no mês subsequente à aquisição, após cada período efetivo de 24 meses de exercício.

9º - A progressão por antiguidade será equivalente a uma referência salarial e a de mérito (excelente) será de 2 (duas) referências salariais.

Art. 7º - A ascensão funcional, ato pelo qual o servidor é elevado de uma classe para outra, no mesmo cargo e na mesma carreira, sempre implicará em melhoria salarial, atendidos os requisitos previsto na descrição do cargo e respectivas funções.

Art. 8º - São condições básicas para o servidor concorrer à ascensão funcional:

I - Para todos os cargos:

- a) existência de vaga na função requerida;
- b) cumprimento de metas de carreira, seja por meio de progra-

mas de desenvolvimento ou de experiência específica;

c) aprovação em processo seletivo interno, quando houver mais servidores candidatos à função do cargo a ser preenchido do que vagas, de acordo com normas específicas;

d) ter obtido conceito no programa de acompanhamento e avaliação de desempenho superior à média dos servidores da função que estiverem concorrendo à vaga;

e) interstício de dois anos de efetivo exercício na função para o servidor concorrer à ascensão funcional.

II - Especificamente para o nível superior:

a) conclusão de curso de pós-graduação em consonância com o programa de desenvolvimento de recursos humanos do Instituto, a ascensão será para o nível correspondente ao título conferido, conforme Normas e Procedimentos do Programa de Pós-Graduação do Instituto;

b) a titulação obtida no País e no exterior, tendo em vista sua equivalência aos padrões requeridos pela legislação brasileira, deverá ser reconhecida pelo órgão federal competente;

c) a incorporação em programa de Pós-Graduação e respectivo afastamento, bem como as prorrogações necessárias, para cursos no País e no exterior será autorizada pelo Diretor Presidente, homologada pelo Conselho de Administração do Instituto;

d) o afastamento fica condicionado à assinatura de Termo de Compromisso e Responsabilidade, onde o pós-graduando se compromete a permanecer no Instituto por, no mínimo, período igual ao tempo que será dispensado na realização do curso, bem como à observância rigorosa das Normas e Procedimentos do Programa de Pós-Graduação do Instituto.

Art. 9º - As ascensões funcionais ocorrerão anualmente, no mês de julho, dependendo do número de vagas do quadro.

Art. 10 - Fica estabelecido, para fins de progressão e ascensão funcional, o limite máximo de 4% sobre a folha de pagamento do mês de julho de cada ano, sendo 2% para promoção por antigüidade, 1% para a de mérito e 1% para ascensão funcional.

Art. 11 - Compõem a remuneração:

- I. os vencimentos dos respectivos cargos são os constantes do Anexo III à presente lei;
- II. o adicional por tempo de serviço nos termos dos artigos 170 e 171 da Lei nº 6.174/70;
- III. gratificação pela execução de serviço em condições de insalubridade ou de periculosidade, nos termos da Lei nº 10.692/93.

Art. 12 - Além da remuneração, o Instituto manterá para seus servidores, benefícios adquiridos por concessão ou por direito, tais como:

- a) licença especial nos termos do artigo 247 da Lei nº 6.174/70;
- b) licença para trato de interesses particulares nos termos do artigo 240 da Lei nº 6.174/70;
- c) licença sabática de 6 (seis) meses, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, concedida a servidores a cada 7 (sete) anos de efetivo exercício de suas funções, com a finalidade de realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional, de acordo com as normas da DRH - Diretoria de Recursos Humanos;
- d) ajuda de custo para participação em eventos para formação e desenvolvimento de pessoal, incluídos no Programa Formal de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Instituto;
- e) ajuda de custo para remoção "ex-officio", nos termos da Lei nº 6.174/70.

Art. 13 - O servidor, após o cumprimento do estágio probatório, poderá ser transferido de localidade nas seguintes hipóteses:

- a) "ex-officio";
- b) a pedido.

1º - A remoção "ex-officio", será sempre motivada por necessidade de serviço, devendo o servidor obrigatoriamente deslocar-se no prazo de 30 dias, contados do ato de recebimento da portaria de remoção.

2º - A necessidade de remoção sujeita-se aos seguintes critérios:

- a) abertura de vaga que, pela natureza do serviço, especialização da função ou aumento do volume e atividades deva ser imediatamente preenchida; ou
- b) criação de novos projetos/atividades; ou
- c) ajuste ao quadro de lotação do Instituto.

CAPÍTULO II OUTROS DISPOSITIVOS

Art. 14 - Como critérios básicos para enquadramento neste Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos - PCCV, somente por ocasião de sua implantação, serão considerados os aspectos relativos à avaliação de desempenho, escolaridade, titulação, tempo de experiência e, ainda, a tabela de correlação de cargos, Anexo IV, constante desta lei.

1º - O servidor que, por ocasião da implantação deste Plano, estiver desempenhando atividades em função diversa daquela para a qual foi admitido, será considerado candidato a enquadramento em função diferente, porém dentro da mesma classe e cargo, da originária, obedecidos os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Estado da Administração.

2º - Ficam estabelecidos os prazos de até 30 (trinta) dias para definição dos critérios mencionados no parágrafo anterior e de até 90 (noventa) dias, posterior ao primeiro prazo, para identificação, análise e reenquadramento dos casos com parecer favorável.

Art. 15 - O servidor que, por ocasião do enquadramento, estiver recebendo vencimento inferior ao valor de referência salarial aprovada de acordo com os critérios previstos no artigo anterior, será enquadrado na referência inicial da sua função no novo Plano.

Art. 16 - O servidor que, por ocasião do enquadramento neste Plano, estiver recebendo vencimento superior ao da faixa salarial da função que efetivamente vem exercendo, ficará limitado à referência de enquadramento, não fazendo jus à progressão (por

mérito ou antigüidade), até que, por ascensão funcional, venha a ser enquadrado na função correta.

Art. 17 - No prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da implantação deste Plano o IAPAR elaborará o novo Regimento de Pessoal do IAPAR para aprovação do Conselho de Administração.

Art. 18 - Anualmente, por ocasião da elaboração do orçamento do IAPAR, será incluída dotação específica de recursos para atender as progressões por mérito, por antigüidade e ascensão funcional dos servidores do IAPAR.

Art. 19 - o regime de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único - A jornada de trabalho será de 8 (oito) horas diárias divididas em 2 turnos de 4 horas.

Art. 20 - As funções gerenciais e de assessoramento que envolvem ações de planejamento, orientação, supervisão, coordenação e controle serão ocupadas por servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do IAPAR, designados pelo Diretor-Presidente.

Art. 21 - O IAPAR no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a aprovação deste Plano, encaminhará para aprovação do Conselho de Administração o Quadro de Pessoal ajustado às novas diretrizes e prioridades institucionais.

Art. 22 - Fica vedada a percepção pelos servidores do IAPAR das Gratificações de Produtividade instituída pela Lei nº 6.569/74, Incentivo à Pesquisa - GIP, instituída pela Lei nº 10.069/92 e da Verba de Representação instituída pela Lei nº 11.714/97, ou qualquer outra gratificação, salvo aquelas que compõem a remuneração prevista no artigo 11 desta lei, com a implantação deste PCCV.

Art. 23 - Os cargos componentes deste Plano, encontram-se especificados no Anexo V, constante desta lei.

Art. 24 - As disposições contidas nesta lei estendem-se integralmente aos servidores inativos.

Art. 25 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1997, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

CARACTERÍSTICAS, OBJETIVOS E CONCEITOS

DAS CARACTERÍSTICAS

O Plano tem como características fundamentais a percepção clara da temporariedade da carreira e dos critérios de progressão, a facilidade na comparação deste com Planos de outras Instituições e das perspectivas de desenvolvimento profissional e de remuneração.

Sua elaboração, busca o equilíbrio interno de vencimentos, onde a diferença salarial existente é resultante da diferença de atribuições, experiência, maturidade e desempenho.

O Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos - PCCV, reflete um conjunto de princípios e preceitos da estrutura ocupacional do IAPAR, dispondo sobre os cargos necessários ao seu funcionamento, as formas de provimento e de remuneração. Abrange, ainda, um conjunto de normas administrativas que regulam as relações funcionais dos servidores do IAPAR no que diz respeito aos seus direitos, benefícios e vantagens.

DOS OBJETIVOS

O Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos - PCCV do IAPAR, se propõe a:

- I. Estruturar cargos, funções, vencimentos, benefícios e vantagens de conformidade com o valor relativo interno das atividades, responsabilidades e autoridade e em função do mercado de trabalho;
- II. Instituir carreiras e cargos genéricos capazes de aglutinar as funções desempenhadas pelos servidores do IAPAR;
- III. Adotar um sistema de distribuição de vencimento que considere os fatores capazes de justificar o maior e menor nível de remuneração salarial;
- IV. padronizar a nomenclatura ocupacional para facilitar a tomada de de-

- cisão quanto ao melhor aproveitamento dos recursos humanos;
- V. Fixar amplitudes salariais correspondentes ao tempo ideal que o profissional deverá permanecer em determinada função;
 - VI. Permitir a identificação das funções pela consulta às respectivas descrições e tarefas básicas, bem como dos requisitos mínimos indispensáveis ao seu desempenho;
 - VII. Orientar as atividades de recrutamento e seleção, fornecendo, com base nas tarefas e nos requisitos previstos para cada função, elementos necessários à elaboração de instrumentos seletivos;
 - VIII. Tornar transparentes aos servidores as tarefas inerentes às suas funções e as perspectivas de progresso funcional;
 - IX. Fornecer parâmetros para a realização de avaliação de necessidades de treinamento e para a elaboração de programas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos;
 - X. Orientar o planejamento e a execução de sistemas de acompanhamento e avaliação dos servidores, recompensando-os adequadamente, de forma que sejam estimulados no exercício de suas funções;
 - XI. Aplicar sistematicamente mecanismos administrativos de mobilidade horizontal, vertical e espacial, que incentivem o desenvolvimento dos servidores nas carreiras existentes;
 - XII. Fixar parcelas de remuneração, benefícios e vantagens que sejam concedidos aos servidores do IAPAR.

DOS CONCEITOS

Para efeito deste Plano, são adotados os conceitos e/ou definições a seguir relacionados:

- I. AMPLITUDE DE VENCIMENTOS - distância que separa o valor mínimo do valor máximo em cada função na tabela salarial;
- II. ASCENSÃO FUNCIONAL - passagem do servidor de uma classe para outra de maior complexidade, no mesmo cargo e mesma carreira sempre implicando em melhoria salarial;
- III. AVALIAÇÃO DE CARGOS OU FUNÇÕES - processo de análise e comparação do conteúdo das funções, no sentido de ordená-las conforme sua importân-

- cia, complexidade e grau de responsabilidade;
- IV. CARGO GENÉRICO - um conjunto de funções estruturadas em classe que pela natureza de suas atribuições permitem um encadeamento lógico e natural;
- V. CARGOS DE QUADRO EFETIVO - os decorrentes de atividades permanentes que independem da estrutura organizacional;
- VI. CARREIRA - ordenamento das funções pelo nível de complexidade, possibilitando aos ocupantes promoções horizontais, verticais e acesso, consoante o estabelecido neste Plano;
- VII. CLASSE - conjunto de funções da mesma natureza e requisitos;
- VIII. CLASSIFICAÇÃO - posicionamento do servidor na estrutura ocupacional do IAPAR, definida em termos de carreira, cargo, classe, função e referência de vencimento;
- IX. DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO - tarefas pertinentes ao exercício da função;
- X. ESTRUTURA OCUPACIONAL - conjunto de cargos genéricos organizados em carreiras, classes e funções, hierarquicamente dispostos segundo a natureza de suas características ocupacionais, seu valor interno e a importância em relação aos objetivos da empresa;
- XI. ESTRUTURA DE VENCIMENTOS - conjunto de classes, funções e referências de vencimentos inerentes aos cargos genéricos estabelecidos a partir do valor interno dos mesmos e da comparação com os valores pagos por outras organizações equivalentes e pelo mercado;
- XII. FAIXA SALARIAL - conjunto de referências que compõem uma função;
- XIII. FUNÇÃO - conjunto delimitado de atividades que representam substancial identidade de natureza, complexidade, requisitos e condições de trabalho;
- XIV. FUNÇÃO SERIADA - funções reunidas em conjunto, denominadas classes, distinguidas entre si pelo grau de complexidade, responsabilidade e requisitos exigidos;
- XV. GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTOS - amplitude de valores composto de referências de vencimentos, dispostas dentro de limites fixados para cada função e correlacionadas com

- os valores pagos por instituições equivalentes;
- XVI. GRUPO OCUPACIONAL - conjunto de carreiras, cargos e classes com funções formadas por atribuições direcionadas para um mesmo objetivo e relacionadas pela natureza do trabalho ou ramo de conhecimento desenvolvido;
- XVII. IDENTIFICAÇÃO DA FUNÇÃO - define grupo ocupacional, título da função, classe, referências de vencimento, atividades principais e requisitos mínimos para exercício da função;
- XVIII. INGRESSO - admissão de pessoal por concurso público para preenchimento de vaga no quadro de pessoal;
- XIX. INTERSTÍCIO - tempo de permanência na função ou referência;
- XX. MUDANÇA DE FUNÇÃO - passagem do servidor para outra função na mesma classe, sem alteração salarial, observados os requisitos de escolaridade, experiência e a necessidade da Instituição;
- XXI. PROGRESSÃO - evolução do servidor na função;
- XXII. QUADRO DE CARREIRA - evolução possível de um servidor numa sucessão de funções;

- XXIII. RECRUTAMENTO EXTERNO - ingresso de servidor por concurso público, para preenchimento de cargos vagos;
- XXIV. REFERÊNCIA - estágios na tabela salarial, cujos valores se modificam numa razão constante e cumulativa;
- XXV. REMUNERAÇÃO - somatório dos valores percebidos periodicamente pelo servidor a qualquer título, exceto salário-família e pagamentos eventuais;
- XXVI. REQUISITOS - condições mínimas preestabelecidas para ingresso, progressão e ascensão nas funções ou cargos da Instituição;
- XXVII. VENCIMENTO - retribuição pecuniária devida ao servidor pela prestação de seus serviços e contida dentro dos limites da Tabela Salarial;
- XXVIII. SERVIDOR - pessoa física que presta serviços de natureza permanente ao IAPAR, mediante a percepção de salário;
- XXIX. TABELA DE VENCIMENTO - quadro de referências salariais expressas em valores de moeda corrente, atualizáveis conforme legislação pertinente.

ANEXO II

CARREIRA: APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CONSTITUIÇÃO DA CARREIRA

Cargo	Classes	Funções*	Grupos de referência de vencimento
Agente de Apoio à Pesquisa	I		02 - 04
	II		10 - 31
	III		15 - 39
	IV		23 - 43
	V		38 - 56

CARREIRA: TÉCNICO-CIENTÍFICA

CONSTITUIÇÃO DA CARREIRA

Cargo	Classes	Funções	Grupos de referência de vencimento
Auxiliar de Pesquisa	I	Auxiliar I	23 - 43
	II	Auxiliar II	38 - 56
Assistente de Pesquisa	I	Assistente I	46 - 60
	II	Assistente II	51 - 63
Pesquisador	I	Adjunto	56 - 69
	II	Associado	63 - 75
	III	Titular	73 - 79

CARREIRA: GESTÃO, PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CONSTITUIÇÃO DA CARREIRA

Cargo	Classes	Funções	Grupos de referência de vencimento
Analista em C. & T. **	I	Analista Júnior I	46 - 60
	II	Analista Júnior II	51 - 63
	III	Analista Pleno	56 - 67
	IV	Analista Sênior	63 - 73

* As funções que compõem cada uma das classes estão sendo descritas no Anexo V**
Ciência e Tecnologia

ANEXO III

(Tabela de Vencimentos)

IAPAR:- TABELA DE REFERÊNCIAS / VALORES

REF	VALOR	REF	VALOR	REF	VALOR
01	240,00	28	663,02	55	1.834,51
02	248,83	29	688,49	56	1.904,98
03	258,39	30	714,94	57	1.978,16
04	268,31	31	742,40	58	2.054,15
05	278,62	32	770,92	59	2.133,05
06	289,32	33	800,53	60	2.214,99
07	300,44	34	831,28	61	2.300,08
08	311,98	35	863,21	62	2.388,43
09	323,96	36	896,37	63	2.480,18
10	336,41	37	930,80	64	2.575,45

11	349,33	38	966,56	65	2.674,38
12	362,75	39	1.003,69	66	2.777,11
13	376,68	40	1.042,24	67	2.883,79
14	391,15	41	1.082,28	68	2.994,56
15	406,18	42	1.123,85	69	3.109,59
16	421,78	43	1.167,02	70	3.229,04
17	437,98	44	1.211,85	71	3.353,08
18	454,81	45	1.258,40	72	3.481,88
19	472,28	46	1.306,74	73	3.615,63
20	490,42	47	1.356,94	74	3.754,52
21	509,26	48	1.409,06	75	3.898,74
22	528,82	49	1.463,19	76	4.048,50
23	549,13	50	1.519,39	77	4.204,02
24	570,22	51	1.577,76	78	4.365,51
25	592,13	52	1.638,36	79	4.533,20
26	614,87	53	1.701,30	-	-
27	638,49	54	1.766,65	-	-

ANEXO IV

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

CARGO CRIADO/CARGO EXISTENTE	CARGO CRIADO/CARGO EXISTENTE
AGENTE DE APOIO A PESQUISA	Desenhista Projetista
CLASSE I: 02 - 24	Operador Gráfico II
Auxiliar de Serviços Gerais	Técnico Administrativo
Auxiliar de Produção Gráfica	Técnico de Biblioteca
Aux.Prod.Exp.Agropecuária II	Técnico de Estatística
Contínuo	Técnico de Seg. do Trabalho
Fiscal de Segurança	Topógrafo
Jardineiro	CLASSE V: 38 - 56
Observador Meteorológico	Assist. Processamento Dados I
CLASSE II: 10 - 31	Desenhista Projetista
Aux.Prod.Exp.Agropecuária I	Operador Gráfico II
Observador Meteorológico	Técnico Administrativo
Porteiro	Técnico de Biblioteca
Vigia	Técnico de Estatística
CLASSE III: 15 - 39	Técnico de Seg. do Trabalho
Auxiliar Administrativo	AUXILIAR DE PESQUISA
Auxiliar de Laboratório	CLASSE I: 23 - 43
Auxiliar de Produção Gráfica	Técnico de Agropecuária
Assist.Processamento Dados II	Técnico de Laboratório
Cozinheiro I	Técnico de Agrometeorologia
Feitor	CLASSE II: 38 - 53
Motorista	Técnico de Agropecuária
Oficial de Manutenção I	Técnico de Laboratório
Oficial de Manutenção II	Técnico de Agrometeorologia
Operador de Equip. Pesado	PESQUISADOR
Telefonista	CLASSE I: 56 - 69 Pesquisador
CLASSE IV: 23 - 43	CLASSE II: 51 - 63 Pesquisador
Assistente Administrativo	CLASSE III: 56 - 67 Pesquisador
Assistente de Laboratório	ANALISTA EM C & T
Assist.Processamento Dados I	CLASSE I: 46 - 60 Téc.Adm.de Pesq.
Auxiliar de Enfermagem	CLASSE II: 51 - 63 Téc.Adm.de Pesq.
Contramestre	CLASSE III: 56 - 67 Téc.Adm.de Pesq.
	CLASSE IV: 63 - 73 Téc.Adm.de Pesq.

ANEXO V

DESCRIÇÃO DOS CARGOS E FUNÇÕES

CARREIRA: APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CARGO: AGENTE DE APOIO À PESQUISA

CLASSE: I

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
02 a 24

FUNÇÕES:

- Auxiliar de serviços
- Auxiliar de jardineiro
- Auxiliar de cozinha
- Auxiliar de manutenção
- Auxiliar de produção e experimentação I
- Auxiliar de produção gráfica
- Observador meteorológico I

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 4ª série
- b) Experiência mínima: 06 meses

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Executar a limpeza de dependências internas e externas da Instituição, mantendo-as em condições de higiene e conservação;
- Executar serviços de cultivo de plantas ornamentais, preparando terra e canteiros, plantando sementes e mudas e realizando outros serviços correlatos;
- Executar serviços de limpeza de utensílios de cozinha, tempero de alimentos, preparo de refeições, café, chá, sucos e outras atividades correlatas à função;
- Executar serviços de manutenção e reparos de eletricidade, hidráulica, pintura, marcenaria, ferraria, solda, mecânica, lubrificação e obras em geral, sob orientação do oficial de manutenção ou mestre de manutenção;
- Executar serviços de preparo de solo, plantio, tratos culturais, capinas, colheitas, classificação, processamento primário, tratamento e manejo de plantas e animais;
- Executar serviços de fotocópia, encadernação, acabamentos, intercalação e plastificação pela operação de máquinas e equipamentos adequados às atividades;

- Efetuar leitura de dados meteorológicos, em aparelhos específicos, anotando-os e encaminhando-os à área competente.

CARGO: AGENTE DE APOIO À PESQUISA

CLASSE: II

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
10 A 31

FUNÇÕES:

- Observador meteorológico II
- Guarda
- Porteiro
- Jardineiro
- Camareira
- Auxiliar

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 1º Grau
- b) Experiência mínima: 06 meses

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Efetuar leitura dos dados meteorológicos, em aparelhos específicos, anotando-os e encaminhando-os à área competente;
- Efetuar vigilância noturna ou diurna na Instituição, observando a entrada e saída de pessoas, ou bens e fatos não rotineiros, para garantir a segurança do patrimônio;
- Vigiar a portaria, controlando a entrada e saída de visitantes, em fichas específicas e orientando-os para o local ou pessoas de seu interesse;
- Supervisionar e executar serviços de cultivo de plantas ornamentais, preparo de terra, canteiros e mudas, plantio de sementes, mudas, ornamentação de vasos e podas, bem como supervisionar outras atividades dos auxiliares, distribuindo tarefas e orientação na execução das mesmas;
- Efetuar limpeza, arrumar camas, visitar os quartos após saída de hóspedes, bem como zelar pela guarda e conservação dos materiais existentes nos alojamentos;
- Supervisionar e executar serviços de preparo de solo, plantio, tratos culturais, capinas, colheitas, classificação, processamento primário, tratamento e manejo de plantas e animais.

CARGO: AGENTE DE APOIO À PESQUISA

CLASSE: III

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:

15 a 39

FUNÇÕES:

- Oficial de produção gráfica
- Oficial de processamento de dados
- Oficial administrativo
- Oficial de laboratório
- Oficial de biblioteca
- Telefonista
- Operador de máquinas agrícolas
- Motorista
- Mestre Rural
- Cozinheiro
- Oficial de manutenção

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 1º Grau
- b) Experiência mínima: 12 meses

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Orientar, executar e distribuir tarefas relativas aos serviços de encadernação de impressos e livros, intercalação, colagem, grampeamento, picotagem, plastificação e dobragem de papéis, recorrendo a maquinário e metodologia específica;
- Operar microcomputadores, instalar sistemas operacionais e softwares básicos, monitorar mensagens de console, realizar serviços de digitação, orientar e acompanhar usuários responsabilizando-se pelo funcionamento das máquinas periféricas;
- Separar e classificar documentos e correspondências, transcrever dados, fazer lançamentos, prestar informações, organizar arquivos e fichários, executar serviços de datilografia, preencher formulários, operar computador e executar outros serviços pertinentes à função;
- Efetuar a recepção e preparo de amostras do laboratório, realizar pesagens, preparar meios de cultura, fazer a limpeza, esterilização e conservação de aparelhos e utensílios e instalações, para dar suporte a trabalhos de pesquisa;
- Executar serviços de processamento técnico e comutação bibliográfico, duplicando fichas de material bibliográfico, providenciando encadernação e reparos nas coleções, enviando o material processado para unidades descen-

tralizadas, bem como datilografar todo e qualquer trabalho específico do serviço de comutação bibliográfica e operar microcomputador;

- Executar serviços referentes ao manuseio da mesa telefônica, movimentando chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas, urbanas e interurbanas;
- Operar tratores agrícolas, máquinas e equipamentos pesados, manejando controles e implementos e efetuando a manutenção e conservação;
- Conduzir automóveis, ônibus e veículos pesados, zelando pela manutenção e conservação dos mesmos;
- Orientar, distribuir, fiscalizar e executar tarefas dos auxiliares de produção e experimentação, relativas ao preparo de solo, plantio, tratamentos culturais e fitossanitários, colheita, limpeza, classificação, tratamento primário, manejo de animais;
- Orientar, distribuir tarefas, preparar refeições, temperar os alimentos e cozinhar, orientando-se por receitas de acordo com o cardápio;
- Orientar, distribuir e executar serviços de manutenção e conservação, efetuar reparos e consertos em máquinas, equipamentos, veículos, instalações elétricas, hidráulicas, carpintaria, marcenaria e obras de alvenaria em geral.

CARGO: AGENTE DE APOIO À PESQUISA

CLASSE: IV

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:

23 a 43

FUNÇÃO:

- Auxiliar de enfermagem

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 2º Grau e curso profissionalizante
- b) Experiência mínima: 18 meses

FUNÇÕES:

- Mestre de manutenção
- Técnico em produções gráficas I
- Desenhista técnico I
- Técnico de estatística I
- Técnico de biblioteca I
- Secretária I
- Técnico administrativo I
- Técnico em programação audiovisual I

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 2º Grau
- b) Experiência mínima: 18 meses

FUNÇÕES:

- Técnico em segurança do trabalho I
- Técnico de processamento de dados I
- Programador I
- Técnico em topografia I
- Técnico em eletrônica I

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 2º Grau profissionalizante
- b) Experiência mínima: não exigida

FUNÇÃO: Recepcionista

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 2º Grau e conhecimentos de inglês
- b) Experiência mínima: 18 meses

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Executar serviços referentes a assistência de enfermagem aos empregados, proporcionando-lhes atendimento ambulatorial, prestando os primeiros socorros em casos de acidentes ou doenças, administrando medicamentos e tratamentos; providenciando o posterior atendimento médico adequado e demais atividades correlatas;
- Executar serviços de manutenção e conservação, reparos e consertos de maior complexidade em máquinas, equipamentos, veículos, instalações elétricas e hidráulicas, marcenaria, carpintaria, pintura e obras de alvenaria em geral, bem como supervisionar, orientar e controlar a execução das tarefas dos auxiliares de manutenção e oficial de manutenção;
- Executar serviços em arte-final, livros, revistas, objetos, plantas, operar máquinas e acessórios, fotografando, revelando, fixando slides e filmes, gravação de ilustrações e caracteres em chapas de impressão, transportando-os e fixando-os no metal, retocar negativos fotográficos, operar impressoras, imprimir textos, desenhos, cartazes, gravuras, bem como efetuar a manutenção e conservação dos equipamentos;
- Elaborar desenhos, cartazes, folders, fluxogramas, formulários, impressos, diagramas, emendas de textos, organogramas, gráficos publicitários, montagem de publicações e arte-final,

com base em modelos, informações e dados dos solicitantes, utilizando instrumentos e materiais adequados ao atendimento dos trabalhos;

- Auxiliar na coleta, exame e pesquisa de dados estatísticos, no setor agropecuário, processando-os com técnicas recomendadas, sob supervisão, para possibilitar a análise;

- Executar serviços de natureza técnica, supervisionando e orientando tarefas de oficiais de biblioteca, processando livros, periódicos, publicações e outros materiais; comutação bibliográfica e transparência de informações, atendendo e orientando usuários na busca de informações técnico-científicas;

- Anotar, redigir, datilografar, operar microcomputadores, organizar e controlar arquivos, recepcionar pessoas, registrar compromissos e informações e atender telefones, para assegurar e agilizar o fluxo de trabalhos administrativos na Instituição;

- Executar serviços de lançamentos, registros, cálculos, análises, elaborar e conferir relatórios, supervisionar e orientar os oficiais administrativos e tomar decisões baseadas em procedimentos normatizados;

- Produzir, projetar, orientar e criar artes para dispositivos e programas e vídeo, montagem de stands, estúdios de composição, objetivando a difusão da Instituição;

- Executar serviços de orientação e coordenação do sistema de segurança do trabalho, investigando riscos e causas de acidentes e analisando esquemas de prevenção, para garantir a integridade de funcionários usuários e bens da Instituição;

- Executar serviços referentes à operação de microcomputadores, instalando sistema operacional e os softwares básicos, monitorando mensagens de console, orientando e acompanhando os usuários na utilização dos micros, responsabilizando-se pelo bom funcionamento das máquinas, bem como orientando e supervisionando os serviços dos oficiais de processamento de dados;

- Executar serviços referentes à tradução em linguagem de computador, desenvolvidos por analistas de sistemas, observando a utilização dos dispositivos do equipamento, estudando rotinas de trabalho, sugerindo simplificações,

montando textos dos programas e executando e observando normas e padrões estabelecidos;

- Executar levantamentos topográficos, plano-cartográficos, projetos de locações para açudes e canais de irrigação, marcação de obras civis e outras, localização, dimensionamento, configurações de terrenos, campos e outras áreas, preparar projetos e possibilitar a aquisição de dados necessários à execução dos mesmos;
- Executar serviços de reparos em equipamentos elétricos e eletrônicos, laboratórios e informática, bem como executar outras tarefas correlatas;
- Recepcionar visitantes, identificá-los, prestar-lhes informações e encaminhá-los; executar outras atividades correlatas.

CARGO: AGENTE DE APOIO À PESQUISA

CLASSE: V

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
38 a 56

FUNÇÕES:

- Técnico em produções gráficas II
- Técnico em programação audiovisual II

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 2º Grau
- b) Experiência mínima: 10 anos

FUNÇÕES:

- Técnico em segurança do trabalho II
- Técnico de processamento de dados II
- Programador II
- Técnico em topografia II
- Técnico em eletrônica II

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 2º Grau profissionalizante
- b) Experiência mínima: 10 anos ou curso superior correlato com a função

FUNÇÕES:

- Desenhista técnico II
- Técnico de estatística II
- Técnico de biblioteca II

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 2º Grau e/ou curso específico

- b) Experiência mínima: 10 anos ou curso superior correlato com a função

FUNÇÕES:

- Técnico administrativo I

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 2º Grau
- b) Experiência mínima: 10 anos ou curso superior correlato com a função

FUNÇÕES:

- Secretária II

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: 2º Grau e conhecimentos de idiomas estrangeiros
- b) 10 anos ou curso superior correlato com a função

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Orientar e/ou executar serviços referentes a arte final, livros, revistas, objetos, slides, filmes, fotolitos, gravação e ilustrações de caracteres em chapas de metal, retoques em negativos fotográficos, na operação de impressoras, impressão de textos, desenhos, cartazes, gravuras e na manutenção e conservação dos equipamentos;
- orientar, produzir, projetar e/ou criar artes para diapositivos e programas de vídeo, montagem de stands, estúdios de composição, objetivando o apoio à atividades de difusão de tecnologia da Instituição;
- Orientar e/ou executar serviços do sistema de segurança do trabalho, investigando riscos e causas de acidentes e analisando esquemas de prevenção, para garantir a integridade de funcionários, usuários e bens da Instituição;
- Orientar e/ou executar serviços de operação de microcomputadores, sistemas operacionais e softwares básicos, monitorando mensagens, acompanhando usuários na utilização de micros e responsabilizando-se pelo funcionamento das máquinas;
- Orientar e/ou efetuar lançamentos, registros, cálculos, análises, relatórios e conferência de dados, tomando decisões pertinentes a sua área;
- Orientar e/ou executar serviços de tradução em linguagem de computador, desenvolvidos por analistas de sistemas, observando a utilização dos dis-

positivos do equipamento, estudando rotinas, sugerindo simplificações, montando textos dos programas e observando normas e padrões estabelecidos;

- Orientar e/ou executar levantamentos topográficos, planos cartográficos, projetos de locações de açudes e canais de irrigação, localização e marcação de obras, configurações de áreas para a elaboração de projetos;

- Orientar e/ou executar serviços de reparos em equipamentos elétricos e eletrônicos, laboratórios e informática, bem como executar outras tarefas correlatas;

- Orientar e/ou elaborar desenhos, plantas, cartazes, folders, fluxogramas, formulários, impressos, diagramas, textos, organogramas, gráficos publicitários e montagem de publicações;

- Analisar e/ou orientar a análise de dados estatísticos;

- Orientar serviços referentes ao processamento de livros, periódicos, publicações, comutação bibliográfica e transferência de informações aos usuários;

- Redigir e/ou traduzir correspondências oficiais, elaborar pautas para reuniões, recepcionar comitivas, preparar agenda diária organizando reuniões, visitas e palestras, transcrever atas de reuniões e assembleias e demais atividades correlatas.

CARREIRA: TÉCNICO-CIENTÍFICA

CARGO: AUXILIAR DE PESQUISA

CLASSE: I

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
23 a 43

FUNÇÃO: AUXILIAR I

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

a) Escolaridade: 2º Grau e curso profissionalizante correlato à função;

b) Experiência mínima: não exigida

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Executar serviços de inspeção em estações agrometeorológicas, elaborar relatórios, supervisionar atividades dos observadores meteorológicos e efetuar a instalação e instrumentos e aparelhos;

- Realizar testes, exames e análises laboratoriais para caracterização de organismos e/ou de elementos bioquímicos, químicos e físicos, utilizando metodologia e aparelhagem específica, bem como prestar orientação aos oficiais de laboratório na execução de atividades, uso e manutenção dos equipamentos;

- Executar serviços de caráter técnico relativos a programação e controle de trabalhos referentes aos projetos de pesquisa agropecuários, orientando auxiliares nas tarefas de preparação do solo, plantio, colheita e beneficiamento de espécies vegetais, manejo de animais e demais atividades correlatas, sob supervisão de pesquisadores.

CARGO: AUXILIAR DE PESQUISA

CLASSE: II

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
38 a 56

FUNÇÃO: AUXILIAR II

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

a) Escolaridade: 2º Grau e curso profissionalizante correlato com a atividade;

b) Experiência mínima: 10 anos ou curso superior correlato com a atividade

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Orientar e/ou executar serviços relativos à programação e controle de trabalhos de projetos de pesquisa, em tarefas relativas à instalação, conservação e manutenção de experimentos agrícolas e pecuários e demais atividades correlatas;

- Coordenar, orientar e inspecionar estações agrometeorológicas, relatórios, atividades dos observadores meteorológicos, instrumentos e aparelhos, prestar orientação e supervisão na instalação de novas estações;

- Orientar e/ou efetuar testes, exames e análises laboratoriais para caracterização de organismos e/ou análises bioquímicas, químicas e físicas, tomando decisões pertinentes à sua área.

CARREIRA: TÉCNICO-CIENTÍFICA

CARGO: ASSISTENTE DE PESQUISA

CLASSE: I

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
46 a 60

FUNÇÃO:
- Assistente I

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:
a) Escolaridade: Curso superior correlato com a atividade
b) Experiência mínima: não exigida

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Executar e controlar, sob supervisão, tarefas de caráter técnico relativas à programação e controle de trabalhos de projetos de pesquisa;
- Orientar e supervisionar pessoal auxiliar para execução de tarefas determinadas nos projetos de pesquisa;
- Auxiliar no planejamento e implantação das atividades de pesquisa.

CARGO: ASSISTENTE DE PESQUISA

CLASSE: II

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
51 a 63

FUNÇÃO:
- Assistente II

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:
a) Escolaridade: curso superior correlato com a atividade e especialização compatível com a função
b) Experiência mínima: 10 anos de experiência na atividade

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Coordenar e executar tarefas de caráter técnico, relativas à programação e controle de trabalhos de projetos de pesquisa;
- Coordenar, orientar e supervisionar pessoal auxiliar para execução de tarefas determinadas nos projetos de pesquisa;
- Auxiliar no planejamento e implantar projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.

CARGO: PESQUISADOR

CLASSE: I

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
56 a 69

FUNÇÃO: Adjunto

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:
a) Escolaridade: Mestrado em área correlata com a atividade
b) Experiência: não exigida

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Propor, planejar, orientar, executar e avaliar atividades de gerenciamento e execução de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico;
- Participar em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em sua área de atuação, contribuindo com resultados expressos em trabalhos documentados por publicações, patentes, normas, laudos, pareceres e reuniões técnicas;
- Orientar e treinar técnicos de nível médio, estagiários e assistentes de pesquisa;
- Atuar em comissões técnico-científicas ou outras relacionadas ao setor agropecuário;
- Participar em atividades de intercâmbio de conhecimentos e de experiências na sua área de atuação e de especialidade.

CARGO: PESQUISADOR

CLASSE: II

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
63 a 75

FUNÇÃO:
- Associado

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:
a) Escolaridade: Doutorado sem experiência ou mestrado com 12 anos de experiência após a obtenção do título, em área correlata com a atividade
b) Experiência mínima: ter realizado atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico relevantes na sua área de atuação

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Propor, planejar, orientar, executar e avaliar atividades de gerenciamento e execução de projeto de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico;
- Liderar projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico em sua

área de atuação ou em áreas interdisciplinares;

- Contribuir com resultados expressos em trabalhos documentados por publicações de circulação nacional e internacional, normas, laudos, pareceres e reuniões técnicas;
- Orientar e supervisionar estagiários, assistentes de pesquisa e pesquisadores;
- Representar a Instituição e atuar em comissões técnico-científicas ou outras relacionadas ao setor agropecuário;
- Organizar e participar de atividades de intercâmbio de conhecimentos e de experiências na sua área de atuação ou de especialidade;
- Contribuir na formação de novos pesquisadores.

CARGO: PESQUISADOR

CLASSE: III

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
73 a 79

FUNÇÃO:
- Titular

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: Doutorado em área correlata com a atividade.
- b) Experiência mínima: ter realizado pesquisas durante, pelo menos, 10 anos após a obtenção do título de doutor e ter reconhecida liderança em sua área de atuação ou de especialidade, aferida por relevantes e continuadas contribuições, consubstanciadas pela coordenação de projetos e de grupos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, por publicações relevantes de circulação nacional e internacional, pelo estabelecimento de normas, laudos, pareceres e pela participação em reuniões técnicas.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Propor, planejar, orientar, executar e avaliar atividades de gerenciamento e execução de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico;
- Coordenar e liderar projetos ou grupos de pesquisa e de desenvolvimento

tecnológico em sua área de atuação ou em áreas interdisciplinares;

- Contribuir com resultados expressos em trabalhos documentados por publicações de circulação nacional e internacional, normas, laudos, pareceres e reuniões técnicas;
- Orientar e supervisionar graduandos, mestrandos, doutorandos, assistentes de pesquisas e pesquisadores;
- Representar a Instituição e atuar em comissões técnico-científicas ou outras relacionadas ao setor agropecuário;
- Organizar e participar de atividades de intercâmbio de conhecimentos e de experiências na sua área de atuação, de especialidades correlatas;
- Contribuir na formação de novos pesquisadores;
- Prestar consultorias de interesse institucional.

CARREIRA: GESTÃO, PLANEJAMENTO E
INFRA-ESTRUTURA EM CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

CARGO: ANALISTA EM CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

CLASSE: I

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
46 a 60

FUNÇÃO:
- Analista Júnior I

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: curso superior concludido correlato com a atividade
- b) Experiência mínima: não exigida

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Executar sob supervisão atividades de assessoramento à Direção da Instituição e à pesquisa;
- Participar de estudos interdisciplinares e levantamentos oriundos de demandas de programas institucionais e de atividades de pesquisa;
- Participar em atividades de apoio em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- Organizar e participar de sistemas para apoio científico e tecnológico, respaldados na elaboração e/ou gerenciamento de planos, programas e estudos específicos com divulgação institucional;

- Orientar equipes de nível médio, operacional e estagiários;
- Participar em atividades de intercâmbio de conhecimentos e experiências.

CARGO: ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CLASSE: II

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
61 a 63

FUNÇÃO:

- Analista Júnior II

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: curso superior correlato com a atividade e especialização compatível com a função
- b) Experiência mínima: 10 anos de experiência na atividade

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Executar atividades técnicas de assessoramento à Direção do Instituto e à pesquisa, compreendendo o planejamento, organização e avaliação em sua área de atuação;
- Executar estudos necessários ao aprimoramento de procedimentos, decorrentes das demandas de programas de pesquisa;
- Exercer supervisão sobre equipes, orientando e gerenciando a execução dos trabalhos;
- Participar em atividades de intercâmbio de conhecimentos e experiências na sua área de especialidade;
- Participar de estudos interdisciplinares e levantamentos oriundos de/ou antecipando-se às demandas de programas institucionais e de atividades da pesquisa;
- Participar em atividades de apoio em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em sua área de atuação.

CARGO: ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CLASSE: III

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
66 A 67

FUNÇÃO:

- Analista Pleno

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: Mestrado sem experiência ou especialização em área correlata com a atividade
- b) Experiência mínima: Mestrado ou especialização com 10 anos de experiência em área correlata com a atividade

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Atuar em atividades técnicas de assessoramento à pesquisa, compreendendo o planejamento, organização e avaliação, em sua área de atuação;
- Participar de estudos interdisciplinares e levantamentos oriundos de/ou antecipando-se às demandas de programas institucionais e de atividades da pesquisa;
- Participar do planejamento e promover a execução de estudos necessários ao aprimoramento de procedimentos decorrentes das demandas oriundas de programas de pesquisa;
- Exercer supervisão sobre equipes menos experientes, inclusive de diferentes áreas, definindo diretrizes, coordenando e avaliando a execução de trabalhos;
- Promover e participar em atividades de intercâmbios de conhecimentos e experiências na sua área de especialidade;
- Proporcionar suporte às atividades de pesquisa, subsidiando a tomada de decisões e fornecendo alternativas resultantes de estudos e análises de conjuntura;
- Participar de atividades de suporte em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em sua área de atuação.

CARGO: ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CLASSE: V

GRUPO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO:
63 a 73

FUNÇÃO:

- Analista Sênior

REQUISITO MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: Doutorado ou mestrado com experiência mínima de 13 anos após a obtenção do título de mestrado, em área correlata com a atividade

b) Experiência mínima: não exigida

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Desenvolver atividades técnicas de assessoramento à Direção do Instituto e à pesquisa, de modo a definir estratégias, planos e diretrizes, em consonância com as políticas institucionais;
- Planejar, orientar e promover estudos necessários ao aprimoramento de procedimentos técnicos e metodológicos;
- Exercer coordenação de equipes cujos responsáveis desenvolvam atividades de alta complexidade;
- Participar de atividades de suporte em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em sua área de atuação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 050/97

Curitiba, 09.09.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR, os imóveis de propriedade do Estado do Paraná, localizados nesta Capital, no Bairro Cidade Industrial, entre as Ruas Prof. Pedro Parigot de Souza, Dep. Heitor Alencar Furtado, Mons. Ivo Zanlorenzi, Antonio Rodrigues Monteiro e Pe. Paulo Warkocz, designados por lotes "B" e "C", sem benfeitorias, com áreas respectivas de 27.029,00 m² e 31.360,00 m², oriundas de subdivisão de área maior descrita no item "a" da transcrição 51.177 do Livro 3-AV do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, e averbação nº 8735 de 03.05.91, constante da mesma transcrição, cadastrados no Município de Curitiba respectivamente com as Indicações Fiscais nºs 29.066.078.000 e 29.065.136.000.

Vale destacar que a doação objeto da presente proposição ficará condicionada a que a Donatária utilize tal imóvel exclusivamente para atividades ligadas ao ensino e que cumpra integralmente as condições elencadas no texto do Ofício ATG 0769/93, de 21.06.93, expostas através de Termo de

Responsabilidade, às folhas 13/17, do Protocolo SPI sob nº 242.088-0, de 15.09.93, constando, ainda, cláusulas de inalienabilidade e reversão ao Patrimônio do Estado no caso de descumprimento das referidas condições resolutivas.

O alto significado da medida ora proposta, assim como o elevado interesse público de que é revestida e os grandes benefícios que serão direcionados ao ensino técnico profissionalizante no Paraná pela soma de esforços entre a União e o Estado, por si só justificam plenamente a doação em referência.

Para essas mesmas finalidades, a Lei nº 10.512, de 27 de outubro de 1993, havia autorizado doação de outra área ao CEFET, mas, em virtude de não ter sido aprovado o respectivo projeto de construção, a lei ficará expressamente revogada e o imóvel nela descrito retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR, os imóveis de propriedade do Estado do Paraná, localizados nesta Capital, no Bairro Cidade Industrial, entre as Ruas Prof. Pedro Parigot de Souza, Dep. Heitor Alencar Furtado, Mons. Ivo Zanlorenzi, Antonio Rodrigues Monteiro e Pe. Paulo Warkocz, designados por lotes "B" e "C", sem benfeitorias, com áreas respectivas de 27.029,00 m² e 31.360,00 m², oriundas de subdivisão de área maior descrita no item "a" da transcrição 51.177 do Livro 3-AV do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição Imobiliária desta Comarca, e averbação nº 8.735 de 03.05.91, constante da mesma transcrição, cadastrados no Município de Curitiba respectivamente com as Indicações Fiscais nºs 29.066.078.000 e 29.065.136.000.

Parágrafo Único - A doação de que trata este artigo, ficará condi-

onada a que a donatária utilize o referido imóvel para atividades ligadas ao ensino e que cumpra integralmente as condições elencadas no texto do Ofício ATG - 0769/93, de 21 de junho de 1993, às folhas 13/17, do Protocolo SPI 242.088/0, de 15 de setembro de 1993, devendo contar da respectiva escritura de doação, cláusulas de inalienabilidade e de reversão ao Patrimônio do Estado caso descumpridas as condições resolutivas estabelecidas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Lei nº 10.512, de 27 de outubro de 1993 e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 051/97

Curitiba, 09.09.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar a elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 683.000,00 (seiscentos e oitenta e três mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender as obras do programa Corredores Rodoviários do Paraná/BID IV.

Certo de pode contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica ajustado o Programa de Obras da Secretaria de Estado dos Transportes, constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 683.000,00 (seiscentos e oitenta e três mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRÉSCIMO DAS OBRAS		A N E X O I ANEXO		Fl.01 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Valor	Processo	
7100	Secret. de Estado dos Transportes				
7130	Dep. de Estradas de Rodagem - DER				
1182	Programa de Corredores Rodoviários do Paraná/BID IV				
0009	Reabilitar, restaurar e melhorar Faxinal do Silva-S. João do Triunfo (B)	21	26.000	0655	
0025	Reabilitar, restaurar e melhorar BR/467 (Tolado)-Rio Sta. Quitéria (B)	21	657.000	0655	
T O T A L			TES. 683.000		
			O.F. 0		

REDUÇÃO DAS OBRAS		A N E X O II ANEXO		Fl.01 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Valor	Processo	
7100	Secret. de Est. dos Transportes				
7130	Dep. de Estradas de Rodagem - DER				
1182	Programa de Corredores Rodoviários do Paraná/BID IV				
0022	Reabilitar, restaurar e melhorar Sta. Fé - N. Sra. das Graças (B)	21	657.000	0655	
0024	Reabilitar, restaurar e melhorar Sto. Inácio - Divisa de S. Paulo (B)	21	26.000	0655	
T O T A L			TES. 683.000		
			O.F. 0		

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 052/97

Curitiba, 09.09.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar a elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça, visando atender a assinatura de Convênio com o Governo Federal para dar continuidade à construção da Penitenciária Industrial de Guarapuava.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência

as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica ajustado o Programa de Obras da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS		A N E X O I ANEXO		Fl.01 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Valor	Processo	
4900	Sec.de Est.da Justiça e da Cidadania				
4903	Dep. Penitenciário do Estado - DEPEN				
1083	Penitenciárias Industriais				
0004	Construir uma Penitenciária Industrial de regime fechado masculino para 240 presos (A)	07	800.000	0641	
T O T A L		TES.	800.000		
		O.F.	0		

CANCELAMENTO DAS OBRAS		A N E X O II ANEXO		Fl.01 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Valor	Processo	
4900	Sec.de Est.da Justiça e da Cidadania				
4903	Dep. Penitenciário do Estado - DEPEN				
1083	Penitenciárias Industriais				
0003	Construir uma Penitenciária Industrial de regime fechado masculino para 240 presos (A)	07	800.000	0641	
T O T A L		TES.	800.000		
		O.F.	0		

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 053/97

Curitiba, 09.09.97.

Senhor Presidente.

Curitiba, quinta, em 11.09.97

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova um crédito suplementar no valor de R\$ 15.740.959,00 (quinze milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e cinquenta e nove reais), ao vigente orçamento do Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, para viabilizar a aquisição de equipamentos e material permanente e o início da construção de unidades de trânsito em diversos municípios do Paraná.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação, são decorrentes de excesso de arrecadação de recursos próprios do FUNRESTRAN.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 15.740.959,00 (quinze milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e cinquenta e nove reais), de acordo com o Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior de igual importância, proveniente de excesso de arrecadação de recursos próprios do Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo de Obras do Departamento de Trânsito - DETRAN, conforme Anexo III desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		A N E X O I			Fl. 01 R\$ 1,00	
		ANEXO				
Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	LDR	Valor	N.do Proc COP
3900	Secretaria de Estado da Seguran- ça Pública					
3962	Fundo de Reequipamento do Trânsi to - FUNRESTRAN	4490.51	75	L	2.319.326	0584
2130	Fundo de Reequipamento do Trânsi to - FUNRESTRAN	4490.52	75	L	13.421.633	0584
T O T A L					15.740.959	

ACRÉSCIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA		A N E X O II		Fl. 01 R\$ 1,00	
ANEXO					
Código	Especificação	Fonte	Valor	Processo	
Secretaria de Estado da Segurança Pública					
3962	Fundo de Reequipamento do Trânsi to - FUNRESTRAN				
1990.10.75	Excesso de Arrecadação - Multas por infração ao Código Nacional de Trânsito - FUNRESTRAN	75	15.740.959	0584	
T O T A L			15.740.959		

SUPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS		A N E X O I I I ANEXO		FL. 02 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO	
3900	Secretaria de Estado da Segurança Pública				
3962	Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN				
2130	Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN				
0002	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Cruzeiro do Iguaçu (A)	75	34.948	0584	
0003	Construir Unidade do COPOM em Curitiba (A)	75	618.905	0584	
0004	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Jataizinho (A)	75	34.937	0584	
0006	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Honório Serpa (A)	75	34.937	0584	
0008	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Congonhinhas (A)	75	26.003	0584	
0009	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Jaguapitã (A)	75	34.947	0584	
0010	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Imbituva (A)	75	31.923	0584	
0011	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Maripá (A)	75	24.662	0584	
0012	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Marmeleiro (A)	75	34.948	0584	
0014	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Pérola do Oeste (A)	75	34.127	0584	
0015	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em São Miguel do Iguaçu	75	58.881	0584	
0016	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Pitanga (A)	75	226.222	0584	
0017	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Planalto (A)	75	34.796	0584	
0020	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Renascença (A)	75	34.937	0584	
0021	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Salgado Filho (a)	75	34.947	0584	
0023	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Santa Lúcia (A)	75	30.588	0584	
0024	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Campo Bonito (A)	75	31.901	0584	
0025	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em São João (A)	75	34.948	0584	
0026	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em São Jorge do Oeste (A)	75	34.937	0584	
0027	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Saudade do Iguaçu (A)	75	34.948	0584	
0028	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Sulina (A)	75	34.937	0584	
0031	Construir Unidade de Trânsito da Polícia Militar em Bom Jesus do Barracão	75	34.937	0584	
0032	Construir a 2ª Cia. BPTRAN em Curitiba (A)	75	200.000	0584	
0033	Construir Auditório BPTRAN/DETRAN em Curitiba (A)	75	462.000	0584	
0034	Reformar as instalações do BPTRAN de Curitiba (A)	75	100.000	0584	
T O T A L		TES.	0		
		O.F.	2.319.326		

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2085-X

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor Constante Trovo, falecido no dia 05 de setembro do corrente ano.

Peço enviar cópia à família entulada, sito à Avenida Curitiba, 637 - Cruzeiro do Oeste - PR, CEP 87400-000.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2085-V

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações para o Senhor Cláudio Vilela, Chefe do Departamento de Educação, Cultura e Esporte, do Município de Tapejara, bem como para as Senhoras Maria Lúcia Tenasso, Maria Cristina de Freitas, Marlene Panerari, Valéria Cristina de Freitas, Neiva Rocha Ávila e Solange Silvestre, para realização dos Jogos Escolares, naquele município.

Peço enviar cópia ao Departamento da Educação, Cultura e Esporte, sito à Avenida Antonio Schimidt Vilela, 720 - Município de Tapejara - PR, CEP 84430.000.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2085-W

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Senhor Altair do Nascimento, Coordenador dos II Jogos Inter Classes do Distrito de Herculândia, Município de Ivaté, realizados no Colégio Estadual Presidente Getúlio Vargas - Ensino de 1º e 2º Graus, no citado Distrito.

Peço enviar cópia ao Colégio Estadual Presidente Getúlio Vargas, sito à Avenida 7 de Setembro, s/n - Distrito de Herculândia - Município de Ivaté - PR, CEP 87527.000.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2085-Y

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações para a Senhora Elenita Valdiceira Sanches, Coordenadora da FECICO - Feira de Ciências e do Conhecimento, realizada no Colégio Estadual Marechal Costa e Silva, no Município de Cidade Gaúcha.

Peço enviar cópia ao Colégio Estadual Marechal Costa e Silva, sito à Rua Vasconcelo Jardim, 1696 - Município de Cidade Gaúcha - PR, CEP 87820-000.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2085-A1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Mateus do Sul, pelo transcurso do seu 89º aniversário de emancipação política, no próximo dia 21.09.97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Luiz Adir Gonçalves Pereira, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Belmiro da Silva Leme, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição queremos prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à toda população de São Mateus do Sul, que não mede esforços trabalhando diuturnamente em prol do progresso cada vez maior do seu município.

São Mateus do Sul caminha a passos largos rumo ao seu objetivo maior, que é o desenvolvimento cada vez mais rápido, a fim de proporcionar a todos melhores condições de vida.

Parabenizamos, portanto, toda a população nesta significativa data da

comemoração dos 89 anos de emancipação política deste populoso município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, transmite efusivos cumprimentos aos que, de uma forma ou de outra, continuam dando sua importante contribuição para o completo desenvolvimento de toda aquela região.

REQUERIMENTO Nº 2085-B1

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Mallet, pela passagem de seus 85 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Silvestre Gabriel Przybysz, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Cláudio Raimundo Kowalski Kancinski, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mallet.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população do Município de Mallet irá comemorar no próximo dia 21 de setembro, mais um aniversário de sua emancipação política.

É através de um trabalho digno que a população de Mallet presta sua eficiente colaboração ao desenvolvimento cada vez mais do município.

Portanto, nada mais justo que prestarmos homenagem a todos nesta significativa data da comemoração dos 85 anos de emancipação política de Mallet.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com a população de Mallet, principalmente com aqueles que acreditam que é somente com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro, construindo um Paraná melhor para todos os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 2085-Z

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, no sentido de determinar estudos para ser enviada a esta Casa, antes do dia 28 de outubro (Dia do Servidor Público), mensagem de aumento salarial, acompanhada do Plano de Cargos e Salários, para o funcionalismo em geral.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É possível sentir e viver hoje, mais do que nunca, que a agilização do serviço público impõe dedicação extrema e ações concretas para revertermos as situações adversas.

Não podemos ficar mais "esperando acontecer", como já ensinava na década de 60, a célebre canção de Geraldo Vandré.

Há, todavia, um passo importante dado pelo Governo do Estado, especialmente o esforço empreendido pelo Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner no reajuste já concedido a algumas categorias de funcionários.

Tomando como referência o universo geral dos funcionários que há mais de dois anos não tiveram aumento de salário, entendemos como válida esta sugestão, como prova de que esta casa está, como sempre, preocupada com a situação de penúria que está passando o funcionalismo do nosso Estado.

Em última análise, aprovada esta nossa sugestão, temos absoluta certeza que a sensibilidade do Excelentíssimo Senhor Governador fará acolhê-la, encaminhando mensagem propondo aumento salarial, acompanhada do Plano de Cargos e Salários, para o funcionalismo em geral antes do dia 28 de outubro, data esta consagrada ao Servidor Público.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito de São João do Pinhal, para que a popula-

ção decida sobre seu desmembramento do Município de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A elevação do Distrito de São João do Pinhal a município neste momento, deve-se ao real desenvolvimento este Distrito, que ultimamente vem melhorando consideravelmente as condições de vida de seus habitantes.

Por estes e por outros motivos inerentes à necessidade de autonomia e ainda por estar com a documentação em ordem, é que esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, no sentido da aprovação à medida proposta.

PROJETO DE EMANCIPAÇÃO
MEMORIAL DESCRITIVO
DISTRITO DE SÃO JOÃO DO PINHAL

1. Com o Município de Assaí

Inicia no Rio Tibagi, na foz do Rio São Jerônimo; sobe por este até a foz do Rio Paulo.

2. Com o Município de Santa Cecília do Pavão

Inicia na foz do Rio Paulo, no Rio São Jerônimo; sobe por este até encontrar a estrada Setecentos Alqueires.

3. Com o Município de Nova Santa Bárbara

Inicia no encontro da estrada Setecentos Alqueires com o Rio São Jerônimo; sobe por este até encontrar uma estrada secundária no divisor de águas entre a Água Caratuva e o Córrego do Matão.

4. Com o Município de São Jerônimo da Serra

Inicia no encontro do Rio São Jerônimo com uma estrada secundária no divisor de águas entre a Água Caratuva e o Córrego do Matão; segue por esta estrada na direção geral Sudeste até encontrar a estrada municipal que liga São João do Pinhal a São Jerônimo da Serra; segue por esta em direção à São João do Pinhal por aproximadamente 1,0 quilômetro, até encontrar uma estrada secundária; segue por esta na direção

geral Sudoeste, até encontrar o Ribeirão Taquara; desce por este até sua foz no Rio do Tigre; desce por este até sua foz no Rio Tibagi.

5. Com o Município de Londrina

Inicia na foz do Rio Tigre, no Rio Tibagi; desce por este até a foz do Rio São Jerônimo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito de Terra Nova, para que a população decida sobre seu desmembramento do Município de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A elevação do Distrito de Terra Nova a município neste momento, deve-se ao real desenvolvimento este Distrito, que ultimamente vem melhorando consideravelmente as condições de vida de seus habitantes.

Por estes e por outros motivos inerentes à necessidade de autonomia e ainda por estar com a documentação em ordem, é que esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, no sentido da aprovação à medida proposta.

PROJETO DE EMANCIPAÇÃO
MEMORIAL DESCRITIVO
DISTRITO DE TERRA NOVA

1. Com o Município de São Jerônimo da Serra

Inicia no Rio Tibagi, na foz do Rio do Tigre; sobe por este até a foz do Ribeirão dos Pilões; sobe por este até a foz da Água do Capim; sobe por este até encontrar a divisa da Fazenda Esperança; segue por esta divisa até encontrar o Ribeirão Esperança.

2. Com o Município de Sapopema

Inicia no encontro da divisa da Fazenda Esperança com o Ribeirão Esperança; desce por este até sua foz no Rio Tibagi.

3. Com o Município de Ortigueira

Inicia na foz do Ribeirão Esperança, no Rio Tibagi; desce por este até a foz do Rio Apucarantina.

4. Com o Município de Londrina

Inicia na foz do Rio Apucarantina, no Rio Tibagi; desce por este até a foz do Rio do Tigre.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 442/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação "Maria Mãe da Igreja" - AMI, com sede e foro na Comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

Nos seus doze (12) anos de existência, a Associação "Maria Mãe da Igreja" - AMI, tem cumprido a finalidade inscrita no respectivo Estatuto (art. 2º), que é a promoção humana e religiosa, unindo harmoniosamente pessoas desejosas de viver a Palavra de Deus, em constante renovação de propósitos e provendo recursos financeiros à manutenção e cumprimento dos objetivos daquela comunidade, de caráter educativo, cultural, assistencial e beneficente, conforme prevêem os atos constitutivos dessa comunidade.

Estão apensos a este projeto de lei, a certidão de personalidade jurídica há mais de um ano; declaração de que a AMI está em efetivo exercício, cumprindo suas finalidades; relatório das atividades; Estatuto; fotocópia do CGC e cópia autenticada da Ata da Assembléia que elegeu a atual Diretoria.

O trabalho social dessa entidade merece respeito e a faculdade concedida à instituições dessa natureza, de serem cadastradas como exercício de atividade de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 443/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a reverter ao Município de Agudos do Sul o imóvel constituído de uma área de terras com 9.042 m², terreno rural, no lugar denominado Agudos, conforme matrícula nº 17.847, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de São José dos Pinhais, anteriormente doado à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se prende ao fato de que, apesar da doação à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, esta não está fazendo uso do mesmo, pois o prédio já está sendo usado pelo Secretaria Municipal de Educação. Existe o propósito ainda de construir um Ginásio de Esportes onde hoje há um campo de futebol.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de resolução em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Alvorada do Sul - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede e foro na Cidade de Doutor Ulysses. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Adolescentes Corinto Marciliano Sobrinho, com sede e foro no Município de Porecatu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública o SINDARPEN - Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Centro-Aberto Casa de José, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Projeto Esperança, entidade de apoio ao menor de Alvorada do Sul.

COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 010/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edno Guimarães, visa declarar de Utilidade Pública o Projeto Esperança, Entidade de Apoio ao Menor do Município de Alvorada do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual a Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, com sede e foro no Município de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 11.03.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 075/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, visa declarar de Utilidade Pública Estadual a Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, com sede e foro no Município de Imbituva.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII, com sede e foro no Município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 376/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII, com sede e foro no Município de Pinhais - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.08.97

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII - situada na Rua Azaléia, 225, na Vila Rosi Galvão em Pinhais, possui personalidade jurídica desde 23 de novembro de 1993 (Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Piraquara - Livro A.OI - fls. 27 v).

É inscrita no CGC/MF sob nº 80.589.393/0001-50 e já foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 064/94, de 22.04.94.

Atuando conforme prevê seu Estatuto, a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII tem fins filantrópicos e não remunera a qualquer título seus diretores. Não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

Agindo no cumprimento de seus objetivos, a Associação de Moradores da Vila Rosi Galvão e Pio XII vem lutando pelos interesses comunitário através do encaminhamento de ofícios com pedidos da comunidade à URBS, SANEPAR, COPEL e vários departamentos da Prefeitura Municipal de Pinhais e junto a órgãos governamentais.

Na busca de desenvolvimento de programas beneficentes, culturais, desportivos, recreativos e de natureza social de um modo geral, a Associação, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Pinhais, tem promovido

Curitiba, quinta, em 11.09.97

curiosos de corte e costura, tricô e crochê, além de torneios desportivos.

Com relação à prestação de assistência social, a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII, marca consultas médicas e busca remédios aos necessitados; encaminha menores de rua; faz doações de roupas, agasalhos, sapatos e cestas básicas a pessoas carentes.

Em anexo, relatório pormenorizado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 376/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Vilas Rosi Galvão e Pio XII, com sede e foro no Município de Pinhais - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Lar Escola Menino Jesus, com sede e foro no Município de Florai. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 127, de 21.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 400/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, visa declarar de Utilidade Pública o Lar Escola Menino Jesus, com sede e foro no Município de Florai - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 138, de 03.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 418/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, visa declarar de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, apresentamos parecer CONTRÁRIO por ser objeto da Lei nº 10.998, a qual declarou a referida entidade de Utilidade Pública.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2085-V a 2085-Y, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2085-Z, 2085-A1 e 2085-B1, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 341, 351, 355 e 366/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 010, 075, 376, 400 e 418/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052/96 e 312, 353, 388, 394 e 410/97.

Levanta-se a sessão.